



UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

ÂNIMA EDUCAÇÃO

EMERSON ARAUJO OLIVEIRA

MURILO COSTA MACEDO

RAFAEL BERNASCONI VARELLA

RICARDO BATTAGLIA POPP

VITOR TORETA CONTE

**A INSERÇÃO DA CHINA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR NO
SÉCULO XX**

SÃO PAULO

2023

Emerson Araujo Oliveira

Murilo Costa Macedo

Rafael Bernasconi Varella

Ricardo Battaglia Popp

Vitor Toreta Conte

**A INSERÇÃO DA CHINA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR NO
SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de graduação em Ciências
Econômicas, da Universidade Anhembi
Morumbi como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel.

Orientadora: Profa. Alessandra Cavalcante de Oliveira

SÃO PAULO

2023

FOLHA DE APROVAÇÃO

Alessandra Cavalcante de Oliveira

Emerson Araujo Oliveira

Murilo Costa Macedo

Rafael Bernasconi Varella

Ricardo Battaglia Popp

Vitor Toreta Conte

A INSERÇÃO DA CHINA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR NO SÉCULO XX

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Anhembi Morumbi.

Aprovado em: 08 de dezembro de 2023.

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI – Campus Paulista

Curso: Ciências Econômicas

Orientadora: Alessandra Cavalcante de Oliveira

Acadêmicos: Emerson Araujo Oliveira, Murilo Costa Macedo, Rafael Bernasconi Varella, Ricardo Battaglia Popp e Vitor Toreta Conte São Paulo, 8 de dezembro de 2023.

RESUMO

O objetivo desta monografia é analisar como a República Popular da China utilizou das vantagens e processos de *upgrade* das Cadeias Globais de Valor para se tornar uma potência econômica industrial no século XX. Este objetivo é cumprido por meio de uma metodologia de pesquisa e revisão bibliográfica acerca das principais reformas e políticas públicas implementadas pelo governo chinês durante este período. Partindo de um levantamento teórico sobre as Cadeias Globais de Valor e seus impactos socioeconômicos, a proposta é elencar como este sistema de produção interconectado possibilita a ascensão por meio de etapas de maior valor agregado. A experiência chinesa é um ponto de virada para a indústria moderna, e sua compreensão é essencial para a análise da conjuntura econômica mundial. Os fatos analisados levam a conclusão de que, por meio de uma forte intervenção política e reformas no sistema educacional, a China foi capaz de se inserir com sucesso nas Cadeias Globais de Valor. Assim, elevou rapidamente o patamar de sua economia, de predominantemente rural para industrial, atingindo o posto de segunda maior economia do planeta. Todos os sinais apontam para um futuro promissor, indicando que o desenvolvimento econômico chinês continuará avançando.

Palavras-chave: China. Cadeias Globais de Valor. Reformas. Indústria. *Upgrade*.

ABSTRACT

The aim of this monograph is to analyze how the People's Republic of China leveraged the advantages and upgrading processes of Global Value Chains to become an industrial economic powerhouse in the 20th century. This objective is achieved through a research methodology and literature review on the main reforms and public policies implemented by the Chinese government during this period. Beginning with a theoretical overview of Global Value Chains and their socio-economic impacts, the intention is to outline how this interconnected production system enables advancement through stages of higher value addition. The Chinese experience represents a turning point for modern industry, and its understanding is essential for the analysis of the global economic scenario. The analyzed facts lead to the conclusion that, through strong political intervention and reforms in the educational system, China was successful in integrating into Global Value Chains. Thus, it rapidly elevated its economic status from predominantly rural to industrial, securing the position of the world's second-largest economy. All signs point to a promising future, indicating that Chinese economic development will continue to advance.

Keywords: China. Global Value Chains. Reforms. Industry. Upgrade.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE CADEIAS GLOBAIS DE VALOR	9
2.1 O CONCEITO E A ORIGEM	10
2.1.1 A origem	11

2.1.2	Conceitos básicos	11
2.2	EVOLUÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO	12
2.2.1	Integralização	13
2.2.2	Fragmentação	14
2.2.3	Horizontalização	14
2.3	O FUNCIONAMENTO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR	16
2.3.1	Modelo Hierárquico	17
2.3.2	Modelo Cativo	17
2.3.3	Modelo Relacional	18
2.3.4	Modelo Modular	18
2.3.5	Modelo de Mercado	19
2.4	EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS	19
2.4.1	Upgrading	19
2.4.2	Desenvolvimento nacional	21
2.4.3	Riscos	22
2.5	POLÍTICAS PÚBLICAS	24
3	REFERENCIAL HISTÓRICO SOBRE A ECONOMIA CHINESA	25
3.1	A REPÚBLICA DA CHINA	26
3.1.1	Período da China Imperial	26
3.1.2	Guerra Civil e Fundação da República Popular da China (1937-1949)	27
3.1.3	Período Republicano (1950-1976)	28
3.1.4	Grande Salto Adiante (1958-1961)	29
3.1.5	Revolução Cultural (1960-1976)	30
3.2	REFORMA ECONÔMICA RURAL	31
3.2.1	As primeiras mudanças	31
3.2.2	A evolução das Comunas Populares	32
3.3	ABERTURA E ASCENSÃO ECONÔMICA CHINESA	33
3.3.1	As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)	33
3.3.2	A Atração de Investimentos Estrangeiros	34
3.3.3	A evolução das reformas econômicas	35
3.3.4	A ampliação das ZEE's e da abertura ao investimento estrangeiro	37

3.3.5 Resposta à crise financeira de 1997 e sua transformação econômica	39
3.4 INÍCIO DE UM NOVO SÉCULO	40
4 ESTUDO ANÁLITICO DA INSERÇÃO CHINESA NAS CADEIAS GLOBAIS	42
DE VALOR	42
4.1 DESENVOLVIMENTO NACIONAL E PIB.....	43
4.1.1 Investimento Estrangeiro Direto (IDE).....	44
4.1.2 Geração de empregos e crescimento econômico.....	47
4.1.3 Desenvolvimento industrial	48
4.1.4 O desenvolvimento da primeira ZEE: Shenzhen	49
4.2 COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	51
4.3 SISTEMA EDUCACIONAL CHINÊS	53
4.3.1 Reformas no sistema educacional	54
4.3.2 Atual estado das universidades chinesas	57
5 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como propósito analisar as características fundamentais que compõem as Cadeias Globais de Valor, contextualizando-as na história do desenvolvimento econômico moderno chinês. O objetivo central é investigar como a China utilizou esses métodos para estabelecer sua posição dominante no cenário da indústria global, evoluindo posteriormente para se tornar uma das maiores potências do mundo.

Esta pesquisa surge da pergunta central: Como a China saiu de uma economia predominantemente rural para a maior potência industrial do mundo no século XX? Ao abordar essa questão, buscamos compreender o processo de transição da China de uma sociedade que primariamente comercializava produtos de baixo valor agregado para tornar-se uma peça indispensável na cadeia global de produção. Destacaremos passos cruciais que esta nação empreendeu, por meio de reformas e medidas estratégicas, para prosperar em um contexto de intensa globalização.

Ao longo do texto serão analisadas as distintas fases da trajetória econômica chinesa, desde sua predominância rural até a transição para a República, concentrando-se especialmente nas reformas implementadas no final do século XX. Ao realizar uma análise crítica dessas reformas e dos estímulos que impulsionaram o crescimento chinês, o estudo não apenas narrará a evolução econômica do país, mas também identificará os elementos catalisadores desse notável desenvolvimento.

A hipótese inicial que guia esta pesquisa sugere que um rígido controle econômico por parte do governo central, aliado às reformas culturais e educacionais da década de 1970, desempenharam um papel fundamental na transformação do território e na ascensão da influência industrial chinesa ao redor do mundo.

Como método de pesquisa, foram empregadas a análise de diversos artigos nacionais e internacionais, com ênfase na dualidade de perspectivas, destacando a visão dos próprios chineses em relação ao seu processo de transformação econômica. Além disso, foram utilizados dados provenientes de órgãos internacionais no contexto

de pesquisas sociais e econômicas. A pesquisa bibliográfica, realizada dentro de uma abordagem quali-quantitativa, permite compreender os fenômenos analisados por meio da tradução dos dados em métricas e números, aliados a dados históricos.

Partindo de uma abordagem fundamental, com aplicações não diretas a uma ou mais nações específicas, busca-se compreender os passos da inserção nas Cadeias Globais de Valor não como uma aplicação simples e direta a qualquer país, mas sim como um estudo aprofundado dessa inserção. Vale ressaltar que os passos para esta transformação econômica radical não são necessariamente reproduzíveis para outros estados, visto que esta foi fruto de um processo histórico material particular da experiência chinesa.

Os capítulos subsequentes são estruturados da seguinte forma: Referencial teórico de Cadeias Globais de Valor, no qual serão apresentados métodos e o funcionamento das CGV em um ambiente internacional e unificado. Referencial histórico sobre a economia chinesa, destacando a trajetória de uma economia predominantemente rural para a produção industrial e, posteriormente, para uma potência global. O estudo analítico da inserção chinesa nas cadeias globais de valor abordará as métricas alcançadas pela nação chinesa através do processo de reforma, industrialização e integração global de seu potencial produtivo. Por fim, as considerações finais destacarão possíveis agravantes e atenuantes de métricas e benefícios para a China.

2 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Este capítulo explorará o conceito e a estrutura teórica das Cadeias Globais de Valor (CGV). Elas representam uma complexa rede de atividades, processos de produção e etapas de valor agregado pelas quais os bens e serviços transitam ao cruzar fronteiras. Esse processo envolve várias etapas, como de *design*, produção, montagem e distribuição. O conceito de CGV enfatiza que os produtos raramente são criados dentro de uma única entidade autônoma; em vez disso, resultam da colaboração entre inúmeras empresas e indústrias em todo o mundo.

O surgimento e a evolução das Cadeias Globais de Valor foram impulsionados por fatores como avanços tecnológicos, liberalização do comércio e busca por

eficiências de custo. As indústrias posicionaram-se estrategicamente dentro dessas cadeias para capitalizar suas vantagens comparativas, levando a uma alocação mais eficiente de recursos e à distribuição da produção por diversos países.

Nesse cenário global interconectado, a compreensão das CGVs é crucial tanto para as políticas públicas de um país quanto para os economistas. Ela clareia a dinâmica contemporânea do comércio internacional, a distribuição de benefícios econômicos e como diferentes países colaboram para a criação de produtos. Além disso, as Cadeias Globais de Valor desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das nações, influenciando a geração de empregos, o desenvolvimento de competências e o crescimento econômico.

Este capítulo fornece uma visão da natureza multifacetada das Cadeias Globais de Valor, e as discussões subsequentes aprofundarão sua história, componentes, participantes e o impacto no desenvolvimento econômico e no acesso aos mercados globais. Conceituar as Cadeias Globais de Valor é essencial na conjuntura de mundo globalizado atual, uma vez que moldam o cenário competitivo, colaborativo e estratégico entre empresas e países ao redor do mundo.

2.1 O CONCEITO E A ORIGEM

As Cadeias Globais de Valor (CGV) constituem um conceito fundamental no âmbito da economia e do comércio internacional moderno. Elas representam uma intrincada rede de atividades, processos de produção e estágios de valor agregado pelos quais um produto passa desde sua concepção até sua produção e distribuição. Mesmo os produtos mais simples de uso diário estão inseridos em uma complexa cadeia de serviços distintos, frequentemente dispersos por várias regiões e países, onde nenhum indivíduo na cadeia produtiva precisa ter o *know how* da fabricação completa do produto (Crescenzi; Harman, 2023).

2.1.1 A origem

A priori, cadeias de valor simples já realizavam o processo de fragmentação dos estágios de produção. Geralmente, ao se especializar na produção de um bem, uma empresa também dependia de diferentes fornecedores e suprimentos. Porém, a junção de todos esses estágios se concentrava dentro de limites físicos da empresa, seja em suas indústrias ou região. Esse modelo se estabelece com o uso de terceirizações dentro da produção industrial no século XX, que será abordado na próxima seção.

Entretanto, para Crescenzi (2023) o novo modelo se estabelece quando toda a cadeia de produção se fragmentou progressivamente para diversos países, e a partir deste momento elas se tornaram cadeias globais de valor. A descentralização do processo de produção conectou o mundo de um jeito nunca antes visto, aumentando as relações comerciais internacionais. Com isso, diferentes países puderam se especializar em diferentes estágios da mesma cadeia, otimizando a geração de valor em cada uma dessas etapas.

Anteriormente as trocas internacionais, e geração de valor a partir delas, eram voltadas ao produto final. Com o passar do tempo, foi possível observar uma mudança de paradigma, na qual o foco passou a ser nos bens e serviços intermediários. Graças a essa propagação ao redor do mundo, países como a China conseguiram agregar valor em etapas intermediárias da produção, até ascenderam para o topo das cadeias, como será abordado ao longo do texto (Crescenzi, 2023).

2.1.2 Conceitos básicos

Ao analisar cadeias de valor é importante destacá-las de um outro conceito já popularizado na indústria, o *supply chain*. De acordo com Reddy (2013), o foco de uma *supply chain* é em todo esforço utilizado para transformar matéria prima em um produto manufaturado. Já as cadeias de valor se propõe a uma análise mais macro, em que em cada estágio do processo é acrescentado um valor diferente ao produto,

influenciando no seu valor final. Nesse caso o valor não é apenas monetário, ele pode ser interpretado como todo valor e benefícios que os agentes envolvidos nessa cadeia adquirem ao participar do processo de produção.

Os principais agentes da cadeia são as empresas líderes e os fornecedores, que convergem para a construção e operação das CGVs. Empresas líderes, em sua maioria, são grandes corporações multinacionais que desempenham o papel central na coordenação e supervisão da cadeia de valor. No geral, elas têm o papel de projetar e desenvolver os produtos, estabelecer padrões de qualidade, gerenciar a rede de fornecedores e promover a comercialização. Apesar de atuarem diretamente em diversos países, normalmente sua sede está localizada em grandes polos de desenvolvimento tecnológico, como nos EUA, Coréia do Sul, Japão e entre outros.

Os fornecedores são um grupo diversificado, e sua localização pode variar dependendo da complexidade da cadeia, porém se concentraram em alguns países asiáticos nos últimos anos. O grupo inclui desde empresas menores a subcontratadas, que fornecem componentes, serviços especializados ou mão de obra para o processo de produção. Eles podem ser classificados em fornecedores primários, diretamente ligados às empresas líderes, e secundários, que fornecem insumos ou serviços aos fornecedores primários.

Portanto, as CGVs são as combinações e relações desses agentes em diferentes regiões do mundo, em que todos estão envolvidos no processo produção de um bem ou serviço. As etapas da cadeia envolvem desde a concepção, *design*, produção, *marketing*, distribuição, suporte até o descarte, o que torna o estudo das cadeias mais atrativo do ponto de vista sustentável. E, ao longo de cada um dos estágios, existe a adição de valor, possibilitando o desenvolvimento dos agentes e países inseridos.

2.2 EVOLUÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

No âmbito da história do comércio, é possível traçar as raízes de cadeias de valor até os tempos antigos, quando trocas locais de bens tracionavam a produção

manufatureira. No entanto, as relações comerciais nesse período eram, em sua maioria, limitadas a uma escala geográfica pequena, já que o transporte e as comunicações eram rudimentares (Saes; Saes, 2013).

A Revolução Industrial, no século XIX, trouxe uma mudança fundamental no paradigma da produção. Com a introdução de novas tecnologias e máquinas, a produção em grande escala tornou-se viável, desencadeando uma transformação na economia e comércio internacional. O sistema de produção passou a se concentrar em fábricas e empreendimentos industriais, onde a fabricação se tornou mais padronizada e eficiente (Saes; Saes, 2013).

2.2.1 Integralização

As técnicas de produção em massa representaram um marco histórico ao possibilitar a produção em larga escala de produtos padronizados. Uma das principais características dessas técnicas era a integralização vertical. Apoiada no sistema de colonização da época, a classe industrial pôde atender uma ampla base de consumidores ao fabricar produtos em larga escala, já que isso tornava os produtos bem mais acessíveis. Isso impulsionou ainda mais o crescimento econômico na Europa (Saes; Saes, 2013).

Integralizações foram muito presentes no início do processo de industrialização. Em especial a integralização vertical, em que a empresa expande suas operações ao adquirir e controlar múltiplas etapas da produção ou distribuição dentro do mesmo setor. Ou seja, ela mantém o controle sobre toda a cadeia, e atua em direção as matérias-primas ou em direção ao consumidor final.

Apesar das CGVs terem dominado o modelo de produção atual, este tipo de técnica ainda existe. Geralmente, quando se trata de inovações tecnológicas e produtos de alto valor agregado, ainda é comum encontrar cadeias mais verticalizadas. Isso se dá pela complexidade, riscos e pioneirismo deste mercado. Por exemplo, é possível que o *chip* necessário para confeccionar o mais novo *smartphone*

não exista no mercado, então a fabricante de *smartphones* também atua como fabricante deste componente.

2.2.2 Fragmentação

O período após os eventos da Segunda Guerra Mundial foi testemunha de mais uma transformação global, que teve implicações na maneira como as CGVs se desenvolveriam a partir de então. Essa era de reconstrução pós devastação colheu frutos dos avanços tecnológicos de transporte e comunicação oriundos da guerra. Com isso, fazer negócios ao redor do mundo se tornou mais fácil (Saes; Saes, 2013).

Um dos pilares dessa transformação foi a containerização, uma inovação logística que revolucionou a maneira como os produtos eram transportados pelo mar. Segundo o livro *The Box: How the Shipping Container Made the World Smaller and the World Economy Bigger* (Levinson, 2006), o empresário norte-americano Malcom McLean conseguiu maximizar e padronizar os contentores de carga, transformando para sempre o transporte eficiente de mercadorias em larga escala. Desse modo, foi possível diminuir os custos e acelerar os processos de logística global e desenvolvimento econômico.

A partir desse momento empresas multinacionais desempenharam um papel de coordenação da produção. Começaram a estabelecer subsidiárias e externar diversas etapas da produção em diferentes locais. A vantagem disso era a exploração das diferenças de custos e busca por competências especializadas em outros países, dando origem a um processo de fragmentação da indústria (Levinson, 2006).

2.2.3 Horizontalização

Na segunda metade do século XX, um reflexo dessa fragmentação foi o aumento da terceirização e do *offshoring*, ou seja, da deslocalização industrial. Empresas perceberam que a especialização aumentava a eficiência e reduzia custos,

tanto para eles quanto para as terceirizadas, que eram especializadas em apenas um segmento do serviço. Isso permitiu que as sedes das multinacionais se concentrassem em suas competências não-industriais como *design*, *marketing*, vendas e planejamento estratégico. Essa mudança alavancou a produção das grandes empresas, e criou demanda para as menores entrarem no mercado (Saes; Saes, 2013).

Do ponto de vista teórico, a horizontalização na gestão de cadeias produtivas é uma estratégia que visa otimizar a eficiência e a especialização ao delegar (terceirizar) partes específicas da produção a fornecedores especializados. Ao mesmo tempo que empresas buscavam concentrar seus recursos nas atividades centrais, elas começaram a contar com fornecedores externos para funções operacionais. Esse modelo permitiu uma maior agilidade na resposta às mudanças de mercado. No entanto, vale ressaltar que, ao longo do tempo, a horizontalização também enfrentou desafios, como a necessidade de gerenciar efetivamente uma rede complexa de fornecedores e a pressão por maior transparência nas práticas comerciais.

Com incentivos norte-americanos pós-guerra, algumas regiões do leste asiático se desenvolveram a ponto de se estabelecer como polos industriais. Então, países como o Japão transferiram suas industriais para esses locais, aproveitando da mão de obra barata, mas qualificada, e dos incentivos comerciais. Singapura, Coréia do Sul, Taiwan e Hong Kong se tornaram plataformas de exportação, caracterizados pelo baixo mercado consumidor interno e alta produção de bens de alto valor agregado. À medida que o resto do mundo utilizava das vantagens comparativas dessa região, ali se desencadeou um processo de ascensão econômica e tecnológica, que redefiniu o mercado internacional (Saes; Saes, 2013).

À medida que o século XX chegou ao fim, as CGVs continuaram a evoluir e se adaptar às crescentes pressões da globalização e da liberalização do comércio. As cadeias de abastecimento tornaram-se mais complexas, abrangendo diversos países e continentes, com múltiplos níveis de fornecedores, subcontratantes e prestadores de serviços.

2.3 O FUNCIONAMENTO DAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

No livro *Global Value Chains and Development: Redefining the Contours of 21st Century Capitalism*, Gereffi (2018) define governança nas Cadeias Globais de Valor (CGVs) como "relações de autoridade e poder que determinam como os recursos financeiros, materiais e humanos são alocados e fluem dentro de uma cadeia" (Gereffi, 1994, p.97). Essa análise possibilita a compreensão de como as cadeias funcionam, são controladas e coordenadas quando certas partes têm mais influência que outras. Dessa forma, compreende-se o funcionamento das redes de produtividade.

Uma grande cooperação entre países, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, pode impulsionar economias. Fornecedores de mão de obra e produtos primários frequentemente provêm de empresas em países em desenvolvimento, enquanto empresas especializadas na criação de produtos finais mais avançados tecnologicamente vêm de nações economicamente consolidadas. A explicação detalhada de como essas relações empresariais se desenrolam e se encaixam será apresentada adiante (Gereffi, 2018).

Em virtude de uma liderança tecnológica e de investimentos substanciais em suas marcas, as empresas líderes exercem maior influência sobre as cadeias, moldando-as como cadeias centradas no produtor (*producer-driven chains*) ou centradas no comprador (*buyer-driven chains*), e assim consolidando seu poder sobre os demais participantes das cadeias (Gereffi, 2018).

Ao final da década de 70, a China introduziu a Política de Portas Abertas, estabelecendo vínculos mais estreitos com empresas estrangeiras através da permissão e contato com o comércio exterior. Portanto, é dedutível que as relações entre empresas, compradores e fornecedores tenham sido estabelecidas. Um exemplo significativo dessas conexões ocorre nas Zonas Econômicas Especiais da China, como será detalhado no próximo capítulo.

Na literatura contemporânea, cinco modelos ou tipos de governança em cadeias podem ser identificados. Conforme as indústrias ou empresas evoluem, é comum observar variações no nível ou tipo de cadeia em que estão inseridas. Além disso, muitas CGVs apresentam estruturas de governança múltiplas e interativas,

ampliando assim as oportunidades e desafios para a melhoria econômica e social (Frederick; Gereffi, 2010).

2.3.1 Modelo Hierárquico

Esse modelo é caracterizado por uma integração vertical, que, embora não seja tão amplamente utilizada quanto no passado, ainda se revela como uma importante característica na economia global. Ele é mais comumente adotado por empresas líderes que desenvolvem e fabricam internamente seus produtos. Esse tipo de controle gerencial ocorre especialmente quando os produtos são complexos e não é fácil encontrar mão de obra qualificada (Gereffi; Fernandez, 2016).

Normalmente observa-se esse modelo em empresas de alto nível tecnológico, que necessitam de mão de obra de alta especialização e conhecimento no tipo de serviço ou produto. Desse modo, a produção dificilmente é terceirizada, como nos setores de pesquisa e desenvolvimento de grandes indústrias.

2.3.2 Modelo Cativo

O modelo cativo refere-se as cadeias formadas por pequenos fornecedores, que dependem de um ou poucos compradores, que exercem grande influência dentro delas. Frequentemente, apresentam um alto grau de poder, controle e monitoramento dentro das trocas comerciais da cadeia (Gereffi; Fernandez, 2016).

Além disso, a dinâmica do modelo cativo é evidenciada pela especialização das empresas de pequeno porte na produção para compradores específicos. Essa especialização leva a uma vinculação forte entre fornecedores e compradores, caracterizada por uma assimetria de poder que resulta em laços estreitos e de alto custo para ambas as partes (Gereffi; Fernandez, 2016).

2.3.3 Modelo Relacional

O modelo relacional é marcado por vínculos que demandam tempo para serem construídos, resultando em custos e dificuldades elevados ao mudar para um novo parceiro. Essa governança relacional se desenvolve quando compradores e vendedores dependem de informações complexas, dificilmente encontradas no mercado e não facilmente aprendidas. Essa dinâmica resulta em uma partilha frequente de conhecimento e interações entre as partes (Gereffi e Fernandez, 2016).

Adicionalmente, as ligações exigidas e geradas pelo modelo relacional são sustentadas pela confiança mútua, regulamentada por meio da reputação, proximidade socioespacial e outros componentes. Apesar da dependência mútua, as empresas líderes mantêm um nível de controle sobre os fornecedores, especificando o necessário para preservar a estabilidade da cadeia (Gereffi e Fernandez, 2016).

2.3.4 Modelo Modular

Os fornecedores nesse modelo normalmente fabricam produtos conforme as especificações fornecidas pelos clientes, resultando em produtos mais customizados. Para evitar a dependência de poucos compradores, as empresas fornecedoras utilizam maquinário genérico, distribuindo investimentos para uma base maior. Isso mantém baixos os custos de troca e transação, apesar das relações complexas com os clientes. As tecnologias da informação e os padrões de troca são cruciais para o funcionamento eficaz da governança modular, com ligações mais substanciais devido ao volume massivo de informações fluindo entre as empresas (Gereffi; Fernandez, 2016).

Ademais, esse modelo é observado em setores de *marketing* e *design* tecnológico, onde a customização é essencial e a troca constante de informações com os compradores é fundamental para a entrega eficiente do produto.

2.3.5 Modelo de Mercado

O modelo de mercado destaca-se por ter o preço como seu mecanismo central, diferenciando-se de modelos centrados em empresas líderes e relações estreitas. A governança de mercado envolve transações simples, com informações e especificações adquiridas e transmitidas facilmente. As trocas nesse modelo demandam pouca ou nenhuma cooperação formal entre intervenientes, resultando em baixo custo de mudança para novos parceiros, tanto para produtores quanto para compradores. Este é um modelo de alta competitividade, com maior número de agentes envolvidos.

Esse modelo é notável em setores de produção de vestuário, como exemplificado pela ascensão da China como potência devido à sua capacidade massiva de produção e custos reduzidos decorrentes da abundância de mão de obra e produção em massa (Gereffi; Fernandez, 2016).

2.4 EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS

No panorama econômico global, as Cadeias Globais de Valor (CGVs) emergem como um elemento que remodela o desenvolvimento e a competitividade das nações. Esta seção aborda os efeitos positivos e negativos dessas cadeias dinâmicas, destacando como a participação em CGVs pode impulsionar o crescimento econômico, a inovação e o emprego, ao mesmo tempo em que apresenta desafios e riscos ligados a essa integração. A compreensão desses aspectos é essencial para a análise de políticas e estratégias que buscam otimizar os benefícios associados às CGVs ao longo da história.

2.4.1 Upgrading

O *upgrading* é um processo de evolução e melhoria de uma indústria ou setor, normalmente destinado a alcançar maiores níveis de crescimento, competitividade e

sustentabilidade. Segundo Crescenzi (2023), existem diferentes jeitos de progredir ao estar inserido em uma Cadeia Global de Valor, mas geralmente, a busca é em direção a posições de maior valor adicionado na cadeia.

É possível explicar as possibilidades de melhora utilizando o exemplo de fabricação de um relógio. Se um país é especializado em fabricar baterias para esses aparelhos, não há motivo para que seu foco seja evoluir para produzir relógios por completo no momento. O primeiro passo, e mais obvio, é otimizar sua produção, reduzir custos e ter a capacidade de atender pedidos maiores. Provavelmente já existe concorrência neste mercado, então é importante se destacar dos demais.

Antes de entrar no grande mercado de produção de bens finais é essencial crescer evoluindo suas especialidades, para acumular mais experiência, conhecimento e capital. Um exemplo disso é o *upgrading* horizontal, que consiste em expandir sua produção para outras áreas com a mesma base de produto. Portanto, o país ainda continuaria produzindo baterias, sua especialidade, mas de outros aparelhos como computadores, *videogames* ou *smartphones*. Ou seja, está guinando sua área de atuação para produtos de maior valor agregado e maior sofisticação tecnológica (Crescenzi, 2023).

Outro tipo de *upgrading* é o vertical, que é quando se passa para uma etapa de maior valor adicionado na cadeia. Assim, utilizando seu *know how* na produção de baterias para relógios, esse país passaria a fazer o *design* das baterias. Desse modo, ele passaria de uma região de produção para uma de pesquisa e desenvolvimento, mas ainda no campo das baterias para relógios. Com o passar do tempo, essa região ficaria ainda mais desenvolvida a ponto de produzir novas tecnologias, que foi o que aconteceu com os países do leste asiático nas últimas décadas.

No começo da década de 1970, fornecedores chineses conseguiram ampliar seu valor de mercado ao se associar a oportunidades de *upgrading* na indústria têxtil. As fábricas de montagem (corte, costura e acabamento) operavam de acordo com as especificações e materiais do contratante, e conseqüentemente recebiam apenas uma taxa de processamento ao invés do valor integral do produto. Porém, a estratégia chinesa foi continuar ascendendo para as próximas etapas da cadeia de maior valor

agregado, como: Manufatura de Equipamento Original, Manufatura de *Design* Original e por fim Manufatura de Marca Original (Frederick; Gereffi, 2010).

2.4.2 Desenvolvimento nacional

As Cadeias Globais de Valor (CGV) representam uma abordagem estratégica para a promoção do desenvolvimento e crescimento econômico de um país. Quando gerenciadas de maneira eficaz, a participação em uma cadeia pode proporcionar impactos positivos na economia, tais como o aumento do emprego, o aprimoramento das capacidades industriais e o estímulo à inovação. Esta seção explora as diversas formas pelas quais as CGVs podem contribuir para o desenvolvimento de uma nação e os desafios que podem surgir no processo (Fagerberg; Lundvall; Srholec, 2018).

A participação nas CGVs permite que empresas de um país acessem os mercados internacionais e exportem seus produtos. Essa integração nos mercados globais tem o potencial de diversificar a base de exportações de um país, reduzindo sua dependência de um conjunto restrito de produtos, o que contribui para a estabilidade econômica e o crescimento sustentável. Ou seja, o acesso aos mercados globais, facilitado pela participação na CGV, pode ser um motor significativo do desenvolvimento econômico de um país (Fagerberg; Lundvall; Srholec, 2018).

Essa participação também abre portas para oportunidades de exportação, permitindo que os países produzam componentes ou forneçam serviços que são integrados nas cadeias de abastecimento globais. Esses produtos e serviços são frequentemente exportados para outros países, contribuindo para a diversificação da base de exportações. Além disso, a expansão do mercado muitas vezes resulta na incorporação dos produtos de um país nos produtos finais de empresas multinacionais, proporcionando às empresas locais acesso a um mercado muito maior do que o mercado interno (Fagerberg; Lundvall; Srholec, 2018).

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) desempenha um papel significativo, pois as empresas que fazem parte dessas cadeias podem atrair investimentos

externos diretos. Isso frequentemente leva ao estabelecimento de instalações de produção de propriedade estrangeira no país, com foco na exportação de produtos ou serviços para mercados internacionais. Além disso, os países envolvidos nas CGV muitas vezes participam de acordos comerciais regionais ou blocos comerciais, como a União Europeia e o Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA), o que melhora o acesso aos mercados na região (Brandt; Thun, 2016).

A diversificação de produtos é outra vantagem da participação nas CGVs, permitindo que os países ampliem além de produtos de exportação tradicionais e se envolvam em produtos de maior valor agregado, aumentando sua competitividade nos mercados globais. Uma base de exportação diversificada contribui para a redução da dependência de um país em um único produto ou mercado, tornando a economia mais resiliente a choques externos, como as flutuações nos preços das matérias-primas (Fagerberg; Lundvall; Srholec, 2018).

Os ganhos em moeda gerados pela participação em uma CGV podem ser utilizados para financiar importações de bens de capital, tecnologia e outros fatores de produção essenciais necessários para o desenvolvimento econômico contínuo. Contudo, é fundamental reconhecer que os benefícios da participação nas CGVs dependem de vários fatores, incluindo a qualidade da infraestrutura, a facilidade de fazer negócios, as competências da força de trabalho e o ambiente de negócios de um país (Fagerberg; Lundvall; Srholec, 2018).

2.4.3 Riscos

As oportunidades de crescimento para um país, ao se inserir em uma Cadeia Global de Valor, são inúmeras. Porém, ao analisar cadeias de valor, também é preciso destacar possíveis riscos e consequências dessa inserção. Apesar de já estarem estabelecidas desde o século passado, a quantidade de estudos teóricos e pesquisas sobre CGVs ainda é não é rica o suficiente, especialmente quando comparada aos antigos modelos de produção.

Inclusive, a falta de acesso a dados para o desenvolvimento de pesquisas vem sendo um problema para atuais economistas e pesquisadores da área. Muitos desses dados não são de fácil acesso, pois são propriedade de empresas privadas, já que estas são os principais agentes dentro das cadeias de valor. Análises mais específicas poderiam ajudar a identificar vulnerabilidades no processo que ainda não foram expostas, principalmente em cadeias mais complexas.

De acordo com o artigo *Risks and opportunities of reshaping global value chains*, publicado pela OCDE em 2023, a integração da indústria global proporcionou um grande aumento na produtividade moderna. Entretanto, nem todos os países estão aproveitando disso, houve também um aumento na dependência de exportações e importações em países do terceiro mundo. Cada vez mais a economia desses países (e conseqüentemente, seu bem-estar social) está sujeita há mudanças de condições exógenas. Um possível aumento no valor de insumos ou uma diminuição de demanda externa pode afetar gravemente toda o sistema econômico daquele país.

As CGVs vêm ficando cada vez maiores e complexas, o que abre espaço para mais pontos de risco. Atualmente, existe uma grande concentração na produção de produtos de alto valor agregado nos países “cabeça” das cadeias de valor. Um exemplo disso é a produção de equipamentos eletrônicos na China e na Coréia. O risco aparece principalmente quando se observa também essa ocorrência em produtos essenciais e estratégicos, como farmacêuticos, alimentos e energia elétrica (Crowe; Rawdanowicz, 2023).

Já o fenômeno de *dowgrading* se refere a uma redução na participação ou posição de um país dentro das CGVs. Esse processo muitas vezes implica na transferência de atividades de maior valor agregado para outros locais, enquanto as regiões afetadas podem se encontrar cada vez mais concentradas em tarefas de menor complexidade ou com menor margem de lucro, afetando os salários e diminuindo a qualidade dos empregos. Desse modo, Blažek (2018) categorizou três tipos de *downgrade*: o passivo, o adaptativo e o estratégico.

O primeiro tipo é uma mudança involuntária de posição na cadeia em virtude de um comprador de nível superior, ou seja, quando ocorre o rebaixamento na qualidade da produção de um país por demanda de um grande comprador. O segundo

tipo de *downgrading* é o adaptativo, em que devido a pressões competitivas do mercado, as empresas não conseguem sustentar um modelo de produção de alto valor agregado. Por fim, o *downgrade* estratégico acontece quando deliberadamente adota-se uma estratégia de se manter no ramo com menor margem de lucro para conseguir uma maior participação no mercado. Entretanto, caso esta estratégia não funcione, ela pode ter um efeito negativo ainda maior (Blažek, 2018).

Além da necessidade de identificar onde estão os riscos nas complexas Cadeias Globais de Valor, é essencial discutir como os governos e empresas podem atuar para minimizar futuros problemas geopolíticos. Já são discutidas estratégias de diversificação aliada a especialização, a fim de reduzir a dependência de certos fornecedores, mas mantendo a qualidade no que já se tem o *know how*. Outro ponto de possível melhoria é o de aproximar geograficamente as etapas da cadeia, mitigando oscilações no mercado logístico de longas distâncias (Crowe e Rawdanowicz, 2023).

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS

Como visto anteriormente, é importante equilibrar os benefícios do acesso aos mercados globais com a necessidade de enfrentar desafios. É um desafio atual dos governos garantir que as indústrias locais possam competir em condições de concorrência equitativas, e que os rendimentos e benefícios do emprego sejam distribuídos de forma justa entre sua população.

Políticas governamentais eficazes, investimento na educação e no desenvolvimento de competências são fundamentais para maximizar as vantagens nos mercados globais. Bem como proporcionar ambientes favoráveis para a expansão empresarial, todo esse incentivo pode acelerar a ascensão de empresas locais dentro das CGVs. A ação governamental pode atuar também no alinhamento de objetivos, entre as empresas líderes, localizadas naquele território, e o governo vigente.

Como mencionado na seção anterior, existe um problema na produção de pesquisas dentro das cadeias. Governos poderiam fazer essa mediação e coleta de dados, especialmente se ela for feita globalmente. Estudos de aprimoramento e

identificação de fraquezas seriam essenciais para melhor alocação de recursos dentro dos países. Como cada setor demanda uma solução específica, dada a complexidade da cadeia. Então, a partir de estudos, governos poderiam implementar regulamentações que reduzem riscos, a fim de proteger sua economia das fragilidades de estar inserido em uma CGV (Crowe; Rawdanowicz, 2023).

Além disso, políticas que incentivam e atraem capital estrangeiro são de extrema importância para o crescimento dentro das CGVs. Essa importância será melhor explorada no próximo capítulo, ao analisar como a China converteu o aporte de capital estrangeiro no desenvolvimento de seu próprio país, a partir da ascensão nas etapas de adição de valor agregado nas cadeias. Outras atividades paralelas também acabando propiciando maior investimento externo, como a simplificação de processos alfandegários e a construção de portos de exportação (Crowe; Rawdanowicz, 2023).

Portanto, o desenvolvimento de sofisticadas técnicas de melhora no estado das CGVs ainda é limitado pela falta de pesquisas e produção científica. Porém, já existem exemplos de países que tiveram sucesso no alinhamento estatal e empresarial sobre as estratégias de posicionamento dentro das cadeias. Assim, intervenções políticas diretas são justificadas para abordar falhas de mercado já conhecidas, colaborado para a ascensão industrial e econômica da região (D'Aguanno et al., 2021).

3 REFERENCIAL HISTÓRICO SOBRE A ECONOMIA CHINESA

Este capítulo propõe uma análise abrangente das reformas fundamentais que conduziram a China na sua rápida ascensão para uma nação desenvolvida. Serão abordadas as diferentes fases da trajetória econômica chinesa, desde sua economia majoritariamente rural, seu período imperial, a transição para a República e principalmente as reformas do fim do século XX.

Ao examinar criticamente as reformas e estímulos que impulsionaram a China, este estudo visa não apenas narrar sua evolução econômica, mas também identificar

os elementos catalisadores de seu crescimento. Essa análise proporcionará uma compreensão das complexidades do desenvolvimento econômico chinês, permitindo um entendimento das dinâmicas que a levaram a se destacar nas Cadeias Globais de Valor.

3.1 A REPÚBLICA DA CHINA

Esta seção aborda a transição da China Imperial para a República da China, pontuando brevemente as transformações políticas, sociais e econômicas do período. Ao longo dessas mudanças, é possível observar mudanças significativas nas estruturas produtivas, moldando o curso do país em direção à sua configuração moderna. A economia da China Imperial tem raízes agrícolas, e foi marcada por sua estratificação social e o papel central do império na regulação econômica. Desde a sua concepção, a República chinesa entrou em conflitos e guerras que marcaram sua história moderna, e especialmente, sua população. Ela também foi marcada pelo papel governamental nas decisões econômicas, na ascensão e consolidação do partido comunista e reformas sociais.

3.1.1 Período da China Imperial

Na China imperial a economia era predominantemente agrícola e baseada na produção de alimentos, a grande maioria da população estava envolvida na agricultura, cultivando alimentos como arroz, trigo, cevada, milho e outros insumos. Os métodos agrícolas incluíam o uso de arados de madeira e animais para preparação dos campos, a terra era dividida frequentemente em pequenas áreas cultivadas por famílias individuais. O governo muitas vezes desempenhou um papel de organização na agricultura, estabelecendo sistemas de supervisão e incentivando a produção de determinados cultivos.

Algumas dinastias antigas, como a dinastia Han, introduziu técnicas avançadas na agricultura, como o uso do arado de ferro, que aumentou a eficiência na preparação do solo favorecendo a agricultura, muitas comunidades também estavam envolvidas em atividades artesanais e manufatureiras. A produção de seda era uma indústria importante, com a China sendo famosa por suas sedas de alta qualidade, sendo essa um item valioso no comércio internacional.

Rotas comerciais começaram a se desenvolver, incluindo as Rotas da Seda, facilitando o comércio entre o Oriente e o Ocidente. Cidades importantes, como Chang'an (atual Xi'an), eram centros de comércio e cultura, impulsionando a economia regional. A moeda começou a ser utilizada para facilitar as transações comerciais, os primeiros exemplares eram frequentemente feitos de metal, como bronze. O governo central tinha um papel ativo na regulação da economia, estabelecendo padrões para produção e comércio (Saes; Saes, 2013).

Durante algumas dinastias, foram rompidas políticas para cultivo da produção e distribuição equitativa de terras, houve inovações notáveis, como a invenção do papel durante a Dinastia Han, que teve implicações significativas na escrita, educação e comunicação. A sociedade era estratificada, com agricultores, artesões e comerciantes formando camadas distintas, os comerciantes muitas vezes ocupavam uma posição ambígua na sociedade, sendo por vezes menosprezados.

Filosofias como o Confucionismo desempenharam um papel na moldagem das atitudes em relação à economia, enfatizando a estabilidade social e o respeito pelas tradições. A economia na era da China antiga, essencialmente agrícola, apresentou sinais de desenvolvimento comercial, manufatureiro e inovação tecnológica, criando as bases para as futuras transformações econômicas nas dinastias subsequentes (Saes; Saes, 2013).

3.1.2 Guerra Civil e Fundação da República Popular da China (1937-1949)

Durante a Segunda Guerra Mundial, as forças do Koumintang e dos comunistas temporariamente uniram-se para resistir à ocupação japonesa. No entanto, apesar dessa aliança, as persistentes tensões ideológicas e políticas entre nacionalistas e

comunistas levaram ao recomeço da guerra civil. O Kuomintang enfrentou desafios significativos, incluindo a exaustão pós-guerra contra o Japão, corrupção governamental e descontentamento popular (Saes; Saes, 2013).

Os comunistas capitalizaram o apoio em áreas rurais, implementando reformas agrárias e formando um exército eficaz. As campanhas de Liaoshen e Huaihai foram cruciais para a ascensão comunista, resultando na derrota das forças nacionalistas. Chiang Kai-Shek fugiu para a ilha de Taiwan em 1949, estabelecendo um governo rival. Em 1 de outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclamou a fundação da República Popular da China na Praça Tiananmen, Pequim, marcando o fim da guerra civil. Mao liderou a consolidação do poder comunista, implementando reformas sociais, econômicas e políticas, incluindo redistribuição de terras e nacionalização da indústria (Saes; Saes, 2013).

O governo do Kuomintang fixou-se em Taiwan, mantendo o controle até a década de 1990. Até 1971, a República da China (Taiwan) ocupou o assento chinês na Organização das Nações Unidas (ONU), sendo posteriormente substituída pela República Popular da China. A divisão persiste, com a República Popular da China no continente e a República da China (Taiwan) mantendo governos separados e identidades nacionais distintas (Saes; Saes, 2013).

3.1.3 Período Republicano (1950-1976)

Nos primeiros anos do governo comunista (1950), foram implementadas reformas agrárias com o objetivo de redistribuir terras dos latifúndios para os camponeses, visando encerrar o antigo sistema feudal. Inspirada no modelo soviético liderado por Joseph Stalin, a China lançou seu primeiro plano quinquenal em 1953, com a meta de acelerar a industrialização do país, transformando-o de uma economia agrária para uma economia industrializada, com foco em setores-chave, como mineração e energia, além da coletivização agrícola, que reunia pequenas propriedades em comunas para aumentar a eficiência (Saes; Saes, 2013).

Durante o período do primeiro plano quinquenal, a China experimentou um notável crescimento econômico. Muitas empresas foram nacionalizadas, e novas estatais foram criadas para coordenar e controlar a economia. Grandes projetos de infraestrutura, como a construção de barragens, ferrovias e estradas para facilitar o transporte, foram lançados. Embora o plano tenha sido eficaz, enfrentou desafios, como resistência nos estágios iniciais da coletivização agrícola, resultando em conflitos e tensões nas áreas rurais. A campanha das quatro pestes, destinada a erradicar pragas, teve efeitos colaterais, levando à disseminação de doenças e à perda de colheitas, desencadeando a "Grande Fome", um período de fome generalizada que resultou em milhões de mortes (Saes; Saes, 2013).

3.1.4 Grande Salto Adiante (1958-1961)

O Grande Salto Adiante, iniciado por Mao Tsé-Tung em 1958, tinha como objetivo transformar a China de uma nação agrária em uma potência industrial em um curto período. A campanha foi fundamentada em planos econômicos ambiciosos, incluindo a coletivização agrícola em comunidades populares e a rápida industrialização. O foco estava no aumento da produção, impulsionado pela formação de comunas que agrupavam camponeses em unidades coletivas (Saes; Saes, 2013).

A coletivização forçada resultou na perda de incentivos para os camponeses, levando à diminuição da população. A tentativa de rápida industrialização resultou em investimentos em projetos inadequados e no desperdício de recursos, causando um desastre econômico e humanitário. Entre 1959 e 1961, ocorreu um dos piores períodos de fome na história chinesa. Após esse fracasso, a liderança do Partido Comunista Chinês começou a se afastar das políticas sociais radicais associadas à campanha, marcando uma mudança de direção política (Saes; Saes, 2013).

Embora Mao Tsé-Tung tenha mantido seu papel de liderança, foi temporariamente afastado do comando direto das políticas econômicas em favor de líderes mais pragmáticos dentro do Partido Comunista Chinês. Para superar a crise e restaurar a confiança do povo, o governo concentrou-se na recuperação da agricultura

e na ordem econômica, reintroduzindo algumas formas de produção privada (Saes; Saes, 2013).

3.1.5 Revolução Cultural (1960-1976)

Na década de 1960, Mao iniciou a Revolução Cultural, projetada para purgar elementos percebidos como "burgueses" ou "revisionistas" e fortalecer a ideologia maoísta. Em 1962, a Conferência de Lushan marcou a ascensão de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping à liderança, estabelecendo uma "linha geral para a transição socialista". Essa abordagem enfatizava a importância do desenvolvimento agrícola, melhoria das condições de vida e reversão das políticas adotadas durante o Grande Salto Adiante (Saes; Saes, 2013).

Mao Tsé-Tung acreditava que o partido estava se afastando dos princípios revolucionários do comunismo e convocou jovens para formar grupos conhecidos como "contrarrevolucionários", incentivando-os a denunciar seus professores e autoridades locais como inimigos do povo. Durante a Revolução Cultural, ocorreram ondas de perseguições políticas, torturas e execuções de opositores ao regime. Muitas instituições culturais, acadêmicas e religiosas foram atacadas e destruídas, e livros, artes e outras formas de expressão foram censurados. O objetivo era eliminar qualquer influência estrangeira, burguesa ou tradicional (Saes; Saes, 2013).

Na década de 1960, as relações sino-soviéticas se deterioraram, culminando em um rompimento formal em 1969. Simultaneamente, a China entrou em conflito com a Índia ao longo da fronteira do Himalaia, resultando em tensões duradouras. Em 1964, a China realizou seu primeiro teste nuclear, tornando-se o quarto país a possuir esse tipo de armamento. A morte de Mao Tsé-Tung em setembro de 1976 minou as forças da Revolução Cultural, marcando o fim de uma era. Este período de agitação deixou uma marca indelével na China, moldando sua paisagem política e social subsequente (Saes; Saes, 2013).

3.2 REFORMA ECONÔMICA RURAL

O período após a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976, e o fim da Revolução Cultural¹, foi considerado um dos mais turbulentos desde a fundação da República Popular da China. Esses anos foram marcados pelo início de importantes mudanças políticas, principalmente lideradas por Deng Xiaoping. No começo de 1978, Deng tornou-se vice-primeiro-ministro da República e o segundo na hierarquia do partido. Ao final deste mesmo ano, a 3ª sessão plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China (PCCh) foi convocada. Este evento foi marcante para o país, pois naquele momento, um novo grupo de líderes se reuniu para conduzir a China em direção a reforma e abertura de sua economia. (Li; Fumin, 2010; Saes; Saes, 2013).

3.2.1 As primeiras mudanças

A reforma do sistema econômico iniciou com a política de “Delegação de poderes e benefícios”, um dos primeiros focos da mudança foi a agricultura. No campo, o movimento reformista delegou às famílias agrícolas o direito de

autodeterminação para produção e operação, transformando a prática da produção coletiva no “Sistema de responsabilidade contratual familiar”. Isto envolveu a divisão de terras coletivas em pequenos lotes, que eram atribuídos às famílias. Sendo assim, cada uma poderia operar sua própria fazenda (Li; Fumin, 2010).

A terra foi mantida como propriedade estatal, ainda que formalmente continuasse como propriedade coletiva das comunas². Porém, as famílias podiam

¹ A Grande Revolução Cultural Proletária foi um movimento sociopolítico e cultural que ocorreu de maio de 1966 a outubro de 1976 liderado por Mao Tsé-Tung, presidente do Partido Comunista Chinês, a fim de preservar a ideologia comunista no país.

² Comunas populares são pequenas comunidades independentes, criadas pela Revolução Chinesa, com liberdade para cuidar de seus interesses, semelhante a uma pequena cidade.

arrendar esses lotes por longos períodos, que variavam de 15 a 50 anos. Essa prática deu aos camponeses maior controle sobre a terra que cultivavam. Além disso, existia um incentivo à produção. Ao invés de metas fixadas pelo governo, as famílias passaram a ter uma quota de produção. Ela deveria ser submetida ao Estado, com preços pré-determinados. Já a sobra dessas quotas poderia ser comercializada a preços livres, incentivando assim, a produção excedente (Li; Fumin, 2010).

3.2.2 A evolução das Comunas Populares

A história das Comunas Populares na China, inicialmente concebidas durante o Grande Salto Adiante³, revela um cenário de transformações significativas ao longo dos anos 60. Estas Comunas, projetadas para a reunião de um grande número de famílias, tinham como objetivo primordial a autossuficiência, tanto no que diz respeito à produção de alimentos como à manufatura de bens. Sob essa estrutura, a propriedade era coletiva, pertencente ao Estado ou à Comuna, com a ausência de mercados convencionais (Li; Fumin, 2010).

As famílias que integravam as Comunas eram subdivididas em equipes, que recebiam diretrizes de produção, efetivadas de forma coletiva. A maior parcela da produção estava destinada à subsistência das próprias famílias, enquanto pequenas

parcelas de terras privadas e mercados ofereciam uma fonte de remuneração em dinheiro para as equipes resultantes da divisão. Durante esse período, houve um significativo investimento em modernização e aumento da produtividade dentro das Comunas, por meio da introdução de tecnologias como tratores, energia elétrica e fertilizantes (Li; Fumin, 2010).

³ O Grande Salto para Frente foi um movimento que ocorreu entre 1958 a 1960 liderado por Mao TséTung que visava transformar a China em uma nação desenvolvida e socialmente igualitária, forçando a Reforma Agrária através da acelerada coletivização do campo e industrialização urbana

A reforma que promoveu a transferência das terras comunais para as famílias começou a ganhar forma em 1978, na província de Anhwei, e alcançou um marco significativo em outubro de 1983. Nesse momento, após supervisionar a ampla implementação do “Sistema de responsabilidade contratual familiar”, o governo chinês tomou a decisão de abolir as Comunas Populares como órgãos administrativos. Estas foram então substituídas por governos municipais e vilas, promovendo uma descentralização do poder e uma redução na burocracia política. Essa medida conferiu maior autonomia aos governos locais, permitindo que estes desempenhassem um papel mais ativo na gestão de suas regiões (Li; Fumin, 2010; Saes; Saes, 2013).

Essas mudanças representaram um marco na história da China, desencadeando um impacto substancial em seu crescimento econômico. O país tornou-se mais produtivo e eficiente em suas atividades agrícolas, à medida que as famílias rurais passaram a desempenhar um papel mais ativo na gestão de terras e nas tomadas de decisões econômicas relacionadas. As reformas implementadas nas comunas rurais foram parte integrante de um esforço mais amplo de liberalização da economia chinesa, incentivando a produção agrícola e promovendo o desenvolvimento de uma economia de mercado mais dinâmica (Li; Fumin, 2010; Saes; Saes, 2013).

3.3 ABERTURA E ASCENSÃO ECONÔMICA CHINESA

Na China, paralelamente às reformas rurais, outro processo fundamental se desdobrava: a abertura da nação ao mundo exterior. Esse tópico explora a evolução desse importante aspecto do desenvolvimento chinês, que desempenhou um papel crucial em sua transformação econômica.

3.3.1 As Zonas Econômicas Especiais (ZEEs)

Um marco significativo na abertura da China ao mundo exterior foi a criação das "Zonas Econômicas Especiais" (ZEEs) com base na lei de *joint-ventures* de 1980, que facilitou a introdução de capital estrangeiro no país. Inicialmente, quatro ZEEs foram estabelecidas em regiões estratégicas, especialmente em cidades costeiras ao sul da China: Shenzhen (próxima a Hong Kong), Zhuhai (próxima a Macau), Shantou e Xiamen (próximas a Taiwan). O objetivo dessas ZEEs era atrair a instalação de indústrias voltadas para a exportação, muitas delas associadas ao capital estrangeiro, especialmente o de Hong Kong e Taiwan. Essas ZEEs acomodaram empresas públicas, empresas com apoio externo e coletivas, oferecendo a elas maior autonomia com políticas econômicas favoráveis. Portanto, essas zonas não só atraíram investimento estrangeiro e novas tecnologias, mas também serviram como campo de testes para uma futura reforma de mercado (Li; Fumin, 2010; Saes; Saes, 2013).

3.3.2 A Atração de Investimentos Estrangeiros

O processo de reforma e abertura da China progrediu junto com as mudanças no ambiente econômico da época. O cenário durante a crise do petróleo da década de 1970 fez com que países desenvolvidos percebessem que o aumento nos custos de produção poderia prejudicar a competitividade de seus produtos. Levando isso em consideração, os custos precisariam ser mantidos a níveis baixos, através de uma alocação mais eficiente de recursos. Então, a saída foi estabelecer fábricas em regiões cujo preço da terra, matéria prima e mão-de-obra fossem mais baratos. As cidades Shenzhen e Zhuhai tinham como objetivo planejado atrair capital de Hong Kong e Macau, a fim de estabelecer fábricas na região. Já Shantou e Xiamen são vistas como pontos de grande concentração e fluxo de chineses, que regressaram do exterior, o que tornou as regiões atraentes para o investimento estrangeiro. Com isso, países mais desenvolvidos viram na China uma oportunidade única para fazer negócios, graças aos baixos custos e seus polos estratégicos (Medeiros, 2010; Li; Fumin, 2010).

Pode-se dizer que o crescimento econômico da China foi impulsionado pela atração de investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos e do Japão. Diante das novas práticas industriais chinesas e uma forte pressão comercial americana, o Japão começou a enfrentar dificuldades no mercado ocidental no quesito competitividade. Então, transferiu parte de sua produção industrial para outros países asiáticos, com a China continental sendo uma peça importante dessa transição. Isso resultou na padronização dos processos de produção por meio de empresas japonesas e suas filiais estabelecidas em território chinês, aproveitando dos custos operacionais reduzidos e exportando os produtos finais para os EUA (Medeiros, 2010; Li; Fumin, 2010).

3.3.3 A evolução das reformas econômicas

As ZEEs iniciais alcançaram grande sucesso e demonstraram o êxito das políticas de abertura de Deng Xiaoping. Shenzhen, em particular, transformou-se de uma pequena vila de pescadores em uma metrópole moderna e desenvolvida em um período relativamente curto. Além de suas realizações econômicas, as ZEEs desempenharam um papel importante na reforma urbana e na promoção do desenvolvimento intelectual, em especial na compreensão das reformas econômicas ali vividas e do mundo externo. O sucesso das reformas rurais criou as bases para futuras reformas, o que gerou grande comoção nacional (Li; Fumin, 2010).

Em outubro de 1984, durante a terceira sessão plenária, o 14º Comitê Central do Partido Comunista Chinês anunciou uma grande reforma econômica. As decisões foram orientadas com base em teorias da primeira fase do socialismo, alegando que o resultado das reformas não deveria ser medido pela produção, mas sim pelo desenvolvimento dos métodos produtivos. As novas políticas evidenciaram o Estado como condutor e regulador do mercado, e o mercado no papel de orientador das empresas. Em contrapartida, o socialismo do leste europeu ainda mirava no livre mercado (Li; Fumin, 2010).

Para que fosse estabelecida uma nova política de mercado socialista, mais reformas foram realizadas na sequência, aumentando aos poucos o papel do mercado nas alocações de recursos. Isso ficou evidente anos antes, quando em 1982 o 12º Congresso Nacional do PCCh declarou que o planejamento obrigatório, o planejamento de orientação e a regulação do mercado eram métodos legítimos de se alocar recursos⁴. Porém, posteriormente, o planejamento obrigatório (que prevaleceu durante a economia planificada) foi gradualmente reduzido, e o governo adotou uma abordagem mais orientada para o mercado (Li; Fumin, 2010).

Durante o período da economia planificada na China, o crescimento econômico dependeu do acúmulo de capital estrangeiro, por meio dos investimentos realizados no país⁵. Notando os volumosos aportes, o governo estabeleceu uma relação entre acúmulo de capital e consumo, enquanto supervisionava a implantação de investimentos com base nas necessidades emergentes. No entanto, essa abordagem governamental apresentou deficiências nos ajustes de mercado, potencialmente resultando em disfunções na economia, afetando o governo. Em resposta a essas questões, em 1984, o sistema de planejamento passou por mais reformas com o governo delegando autoridade para revisar vários projetos, visando aprimorar a eficiência do desenvolvimento econômico. Estas incluíram a expansão dos canais de investimento existentes e a diversificação das fontes de capital, introduzindo, a competição de mercado na gestão de projetos de investimento. (Li; Fumin, 2010).

3.2.4 Reformas no setor financeiro e a ascensão destes mercados

As reformas no setor financeiro começaram em 1979, quando o Banco Agrícola da China e o Banco da China se separaram do Banco Popular da China, que passou

⁴ As reformas tinham como objetivo a gestão planejada obrigatória nos sistemas chineses de investimento, planejamento, produção, financeira e fiscal, além da distribuição.

⁵ Investimentos era um dos três pilares da economia chinesa, durante a gestão planejada, os dois restantes eram o consumo e exportações.

a concentrar-se na política monetária e na estabilidade da moeda, o renminbi. Em 1983, o Banco de Construção da China e o Banco Industrial e Comercial da China também se tornaram independentes (Li; Fumin, 2010).

Esse processo abrangeu o sistema financeiro, que deixou de servir meramente como sujeito de experimentação estatal, e os grandes bancos não se limitam mais a funções contábeis do governo. Os mercados financeiros surgiram como mecanismos para facilitar a livre circulação de capital na economia, permitindo que este buscasse constantemente maximizar seu retorno marginal. O sistema de distribuição chinês passou a ser regido pela lei da oferta e demanda, permitindo que as empresas operassem de forma mais racional e estratégica (Li; Fumin, 2010).

No contexto da oferta e demanda, o sistema de distribuição chinês foi elaborado para ser distinto ao sistema anterior, no qual o Estado desempenhava um papel de mercado. No novo sistema de distribuição, a lei da oferta e demanda passou a determinar as relações econômicas, permitindo que as empresas se orientassem no mercado de forma estratégica. Essa mudança facilitou a abertura da China para o comércio internacional, ao mesmo tempo em que o Estado reduziu sua intervenção nos preços de produtos industriais e agrícolas, contribuindo para uma postura mais flexível e competitiva no cenário global.

3.3.4 A ampliação das ZEE's e da abertura ao investimento estrangeiro

A permissão para o ingresso de capital continuou a ser ampliada. O sucesso das 4 primeiras ZEE's levou à criação de 14 novas ZEE's em 1984, localizadas em cidades portuárias da China, incluindo Dalian, Qinghuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Shanghai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beihai. Além disso, em 1985, o Delta do Rio Yangtzé, o Delta do Rio das Pérolas e o Delta do Rio Min foram designados como zonas econômicas abertas. Essas medidas visavam acelerar ainda mais a entrada de capital estrangeiro e tecnologia na China. Já em 1988, a Península de Jiaodong e a Península de Liaodong

foram designadas como zonas nacionais de desenvolvimento econômico costeiro (Li; Fumin, 2010; Saes; Saes, 2010).

A China se beneficiou de mecanismos de investimento e comércio graças a políticas específicas, tais como: isenções tarifárias às importações de componentes que são voltados a exportações de bens finais, que seriam exportados nas ZEE's, convivendo com um regime tarifário normal e a fatores geopolíticos e históricos que permitiram amplos fluxos comerciais e de investimentos, provenientes de Hong Kong e Taiwan. Além disso, estes mecanismos aliados a um regime macroeconômico baseado em investimentos, controle de capitais, câmbio desvalorizado e política industrial, levaram a formação de um elo importante entre exportações e expansão do mercado interno, responsável por uma alta taxa de crescimento. Como estas zonas eram conectadas por portos com proximidade geográfica, tornou a expansão do comércio regional induzida por mudanças cambiais e pressões comerciais competitivas (Medeiros, 2010, p. 273).

Em 1992, Deng Xiaoping proferiu seu discurso conhecido como "*Southern Tour*", no qual explicou o significado das reformas e políticas em vigor naquela época. Nesse discurso, ele expôs princípios teóricos que visavam estabelecer uma economia de mercado socialista e enfatizou a importância da abertura da China e do salto em direção à modernização. No mesmo ano, durante o 14º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, estabeleceu-se o objetivo de criar uma economia de mercado socialista. Em novembro do ano subsequente, em 1993, foi aprovada a implementação efetiva dessa economia de mercado socialista, desencadeando uma série de reformas em setores como financeiro, fiscal, cambial, bancário, comércio exterior e investimentos. Simultaneamente, esforços foram feitos para aprimorar a relação entre empresas, mercado e o governo chinês, resultando em melhorias no sistema de regulação macroeconômica (Li; Fumin, 2010).

No 15º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, realizado em 1997, várias propostas foram apresentadas para orientar o país em direção a uma evolução estrutural e desenvolvimento econômico. Essas propostas incluíram medidas para aprimorar o processo de abertura ao mundo exterior, implementar as estratégias de "Revigorar a China através da Ciência e da Educação" e "Desenvolvimento Sustentável," bem como fortalecer o sistema de regulação macroeconômica e

promover a agricultura como base fundamental da economia, juntamente com reformas relacionadas às empresas estatais e outras iniciativas (Li; Fumin, 2010).

Essas políticas foram implementadas com o objetivo de prevenir riscos financeiros, e serviram como alicerce para a tomada de decisões do governo chinês, abrangendo a manutenção de uma política monetária sólida e a implementação de outras medidas, como reformas na habitação e no sistema educacional (Li; Fumin, 2010).

3.3.5 Resposta à crise financeira de 1997 e sua transformação econômica

A crise financeira asiática de 1997 não conseguiu deter o avanço do crescimento chinês. A resposta da China a essa crise incluiu o início de uma série de projetos de obras públicas e a manutenção da estabilidade de sua moeda, o yuan, que estava vinculado ao dólar. Essa decisão resultou em mudanças significativas no padrão de crescimento chinês e na dinâmica regional. Durante esse período, os países asiáticos enfrentaram os desafios da desregulação financeira e da redução dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs). Países como Japão, Hong Kong, Taiwan e investidores ocidentais, embora em proporções menores, começaram a transferir o epicentro da manufatura asiática para a China, que se tornou um polo de consumo em crescimento. Como resultado, houve um aumento no poder de compra da população chinesa e um aumento significativo nos investimentos internos, consolidando a China como um novo atrator econômico mundial (Medeiros, 2010).

Como consequência desses desenvolvimentos, a China se estabeleceu como um polo duplo no cenário econômico mundial. Tornou-se o principal produtor e exportador de produtos finais com base na mão de obra asiática, ao mesmo tempo em que se consolidou como o principal mercado para componentes, bens intermediários e fluxos de capital. Esse fenômeno teve um impacto notável e contribuiu não apenas para afirmar a China como um centro manufatureiro na Ásia, mas também para expandir seu mercado interno. A China emergiu como um grande importador de bens

de países asiáticos vizinhos e, ao mesmo tempo, tornou-se um importante exportador de bens intermediários e produtos finais para os Estados Unidos e a União Europeia (Medeiros, 2010).

Neste contexto, a China continuou seu processo de reforma e abertura, mantendo uma trajetória notável de crescimento populacional, econômico e uma influência crescente na economia global.

3.4 INÍCIO DE UM NOVO SÉCULO

Após expandir seu mercado comprador e superar a crise asiática de 1997, a China quadruplicou sua economia nacional, impulsionando o crescimento tanto de empresas públicas quanto privadas e elevando o padrão de vida de sua população. Ao adentrar o século XXI, a China intensificou sua integração à economia mundial em novembro de 2001, marcando sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) como seu 143º membro. No mesmo ano, a bem-sucedida candidatura da China para sediar os Jogos Olímpicos aumentou a confiança tanto nacional quanto internacional, resultando em significativos investimentos internos em infraestrutura no ano seguinte (Li; Fumin, 2010).

Como benefício da adesão à OMC, a China passou a atrair consideráveis Investimentos Diretos Estrangeiros (IDEs), consolidando sua posição como destino global mais atrativo. No entanto, suas exportações continuaram a registrar um crescimento significativo. A adesão à OMC não apenas impulsionou o crescimento econômico chinês, mas também promoveu uma profunda reforma econômica (Li; Fumin, 2010).

Em 2002, durante o 16º Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, ficou explícito o objetivo de construir uma nação próspera nos primeiros 20 anos do século XXI. Isso envolveu o desenvolvimento contínuo da economia, a implementação de políticas públicas focadas em robustos investimentos em ciência e educação, o

enriquecimento da cultura e a promoção de uma sociedade mais harmoniosa, elevando assim os padrões de vida dos cidadãos chineses (Li; Fumin, 2010).

4 ESTUDO ANÁLITICO DA INSERÇÃO CHINESA NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

As reformas econômicas de Deng Xiaoping marcaram um ponto de virada significativo na história do país, conduzindo a China a uma rápida modernização e crescimento econômico. Xiaoping, que chegou ao poder no final da década de 1970, iniciou uma série de políticas econômicas que afastaram o país de uma economia centralmente planejada para um sistema orientado ao mercado.

O legado econômico de Deng Xiaoping é esmagadoramente positivo e bastante seguro - nisso, contrasta com sua problemática e ambíguo legado político. De todas as conquistas de Deng, a transformação do sistema econômico da China é o único que atualmente se considera ter tido sucesso e beneficiou um grande número de pessoas. Deng presidiu sobre o governo chinês durante um período de enorme mudança. Sob a sua liderança, o governo libertou-se de um legado de enormes problemas econômicos e iniciou um programa sustentado a reforma econômica. As reformas transformaram o sistema econômico e iniciou um período de crescimento econômico explosivo, colocando o país fora do isolamento e na economia mundial moderna (Naughton, 1993, p.1).

A visão econômica do então líder foi encapsulada no programa "Quatro Modernizações", que visava modernizar a agricultura, a indústria, a ciência e tecnologia e a defesa. Isto marcou um afastamento das políticas ideológicas rígidas do passado, enfatizando o pragmatismo e o desenvolvimento.

As políticas econômicas de Xiaoping lançaram as bases para a emergência da China como uma potência econômica global. Sua abordagem pragmática ao desenvolvimento econômico enfatizou a importância dos resultados práticos sobre a pureza ideológica, que pode ser sintetizada em sua famosa frase: "Não importa se um gato é preto ou branco, desde que apanhe ratos". Estas reformas econômicas, ao mesmo tempo que transformaram a China em um gigante econômico, também trouxeram desafios. A desigualdade de rendimentos, problemas ambientais e preocupações com as liberdades políticas foram os principais problemas apontados.

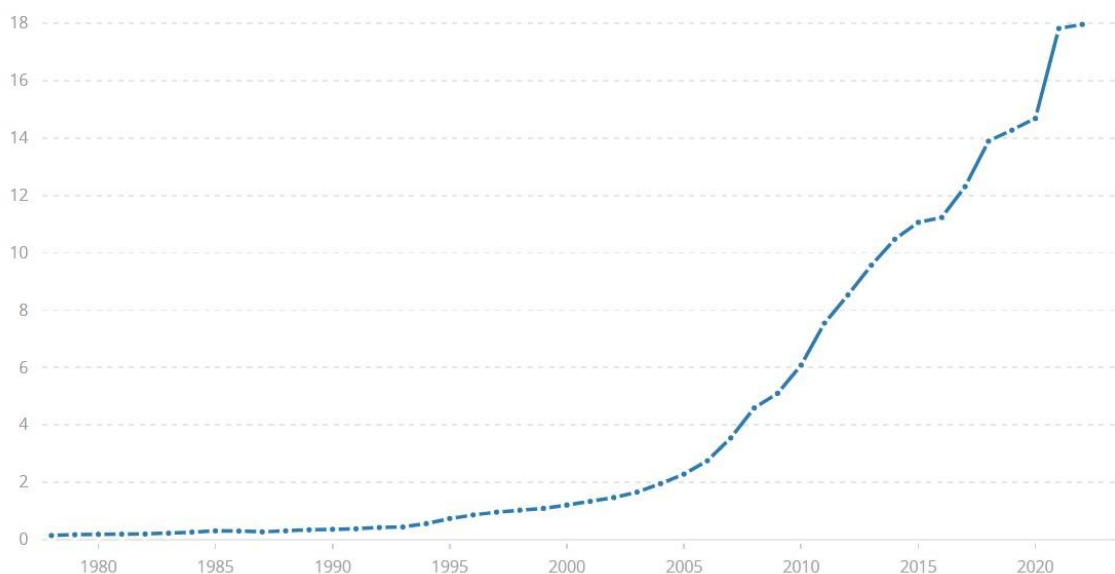
No entanto, seu legado continua a moldar o cenário político-econômico da região. Neste capítulo vamos analisar quais processos econômicos decorreram no

território chinês nos últimos anos, possibilitando que ela se tornasse a atual segunda maior economia global, e com previsões de se tornar a maior superpotência até 2050 (Jacques, 2009).

4.1 DESENVOLVIMENTO NACIONAL E PIB

Nas últimas décadas a China registrou um rápido crescimento econômico, tornando-se uma das maiores potências do mundo, demasiado desse mérito por políticas de longo prazo já discutidas neste trabalho, atualmente prevê-se que se torne a maior potência global até 2050 (Jacques, 2009). É essencial reconhecer que o sucesso econômico da China é o resultado de uma interação destes fatores, e que o país continua a enfrentar desafios e oportunidades à medida que navega no seu desenvolvimento no século XXI.

Figura 1 - Evolução do PIB chinês (1978-2022)



Fonte: World Bank, 2022.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês, a partir de 1978, marco significativo decorrente das medidas adotadas no Terceiro Plenário do 11º Comitê

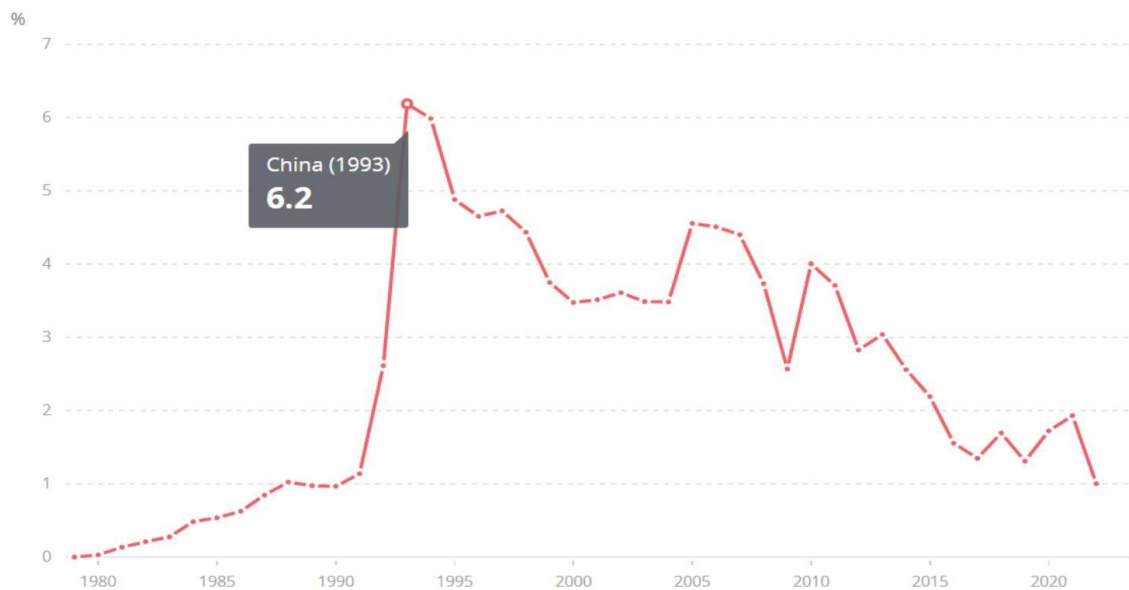
Central do Partido Comunista da China, quando Deng Xiaoping assumiu o poder, pode ser analisado considerando o plano de longo prazo implementado nesse período. Nota-se uma estabilidade no valor final do PIB durante grande parte desse intervalo, com transformações significativas surgindo por volta de 1994, juntamente com o amadurecimento da infraestrutura e a consolidação dos fundamentos estabelecidos ao longo de duas décadas.

A expansão do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na China foi intensa regionalmente. De 1979 a 1981, o influxo médio anual de IDE foi inferior a 0,25 bilhão de dólares (Kueh, 1992). Em 1991, o IDE acumulado atingiu a marca de 4,37 bilhões de dólares. Já em 1992 e 1993, o capital estrangeiro realizado aumentou significativamente, atingindo respectivamente 19,2 bilhões de dólares e 36,7 bilhões de dólares, marcando uma taxa de crescimento anual notável de 91,5% (Wei, 1993). Especificamente, o IDE realizado nesses dois anos foi de 11,2 bilhões de dólares e 25,76 bilhões de dólares, refletindo uma impressionante taxa de crescimento de 130 por cento. Até o final de 1993, o número total de empresas com investimento estrangeiro registradas havia aumentado para 167.500, sendo notáveis 49,6 por cento (83.100 empresas) recém-criadas apenas em 1993 (Instituto de Estatística Chinês, 1994).

A drástica mudança na década de 90 pode ser atribuída a dois fatores significativos: a abertura dos mercados de capitais de Shenzhen e Shanghai em 1990 (Marszk, 2014) e a reforma tributária de 1994 (Yang, 2016). Ambos os eventos estão ligados à liberdade econômica dos empresários chineses e à ampliação das possibilidades de expansão de suas empresas.

4.1.1 Investimento Estrangeiro Direto (IDE)

A Política de Portas Abertas foi concebida para atrair investimento estrangeiro, criando um ambiente mais favorável para negócios internacionais. Como descrito no capítulo anterior, foram estabelecidas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) com políticas preferenciais, incentivando empresas estrangeiras a estabelecer operações na China, principalmente o caso da cidade de Shenzhen.

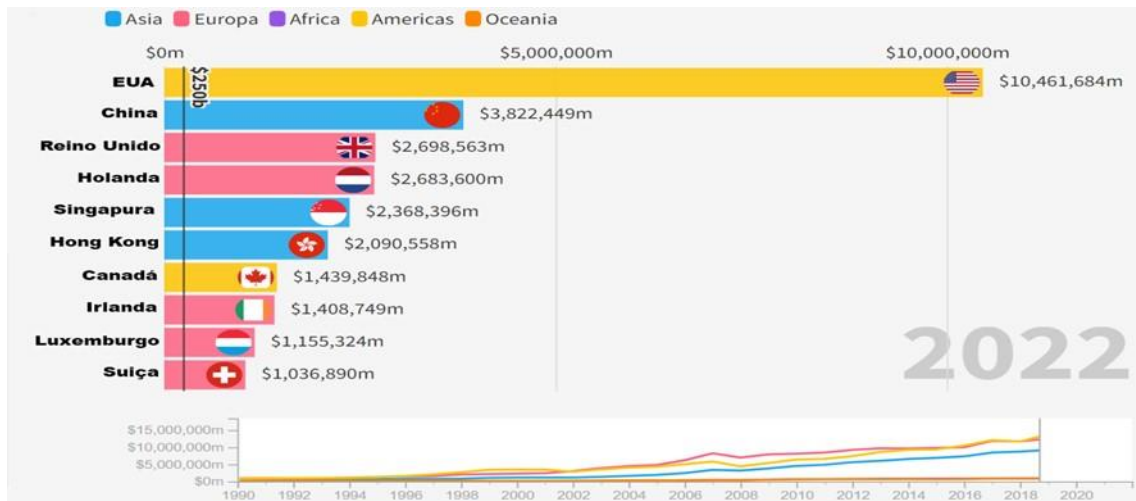
Figura 2 - Investimento Estrangeiro Direto em % do PIB na China

Fonte: World Bank, 2022.

A participação de capital estrangeiro na economia chinesa atingiu seu ápice em 1993, representando expressivos 6,2% do Produto Interno Bruto (PIB) (World Bank, 2022). Nesse ano, foram aplicados 73,4 milhões de dólares na economia chinesa, como evidenciado pela análise anterior, correlacionando-se com o significativo aumento do PIB no ano subsequente, em 1994. Durante esse período, a China ocupou a 10ª posição entre os países com maior investimento estrangeiro.

Ao final de 2021, a China ascendeu para a 2ª colocação, com um montante expressivo de 3,8 bilhões de dólares distribuídos nacionalmente (UNCTAD, 2023). Essa posição só foi superada pelos Estados Unidos, que lideraram com um investimento estrangeiro de 10,4 bilhões de dólares. Essa evolução destacou a China como um destino atrativo para investimentos estrangeiros, consolidando sua posição de destaque no cenário econômico global.

Figura 3 – Ranking de Investimento Direto (1990-2022)



Fonte: Alex Irwin-Hunt, 2023.

A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 desempenhou um papel crucial no aumento do investimento estrangeiro direto (IDE) no país. Ao longo do início da década de 2000, a China continuou a atrair fluxos significativos de IDE, impulsionada por suas capacidades de produção, mão de obra de baixo custo e o potencial acesso ao vasto mercado consumidor chinês.

A integração da China na OMC marcou um ponto de virada em sua participação na economia global, removendo barreiras comerciais e comprometendo-se com reformas econômicas. Esse movimento resultou em um aumento notável nos fluxos de IDE, facilitando a entrada de empresas estrangeiras nos processos de produção chineses. Para atrair investimentos, a China frequentemente exigia a transferência de tecnologia por parte das empresas estrangeiras para seus parceiros locais, fortalecendo as capacidades e a competitividade chinesa e permitindo sua participação em fases de maior valor agregado nas cadeias globais de valor (Fan; Morck; Xu; Yeung, 2009).

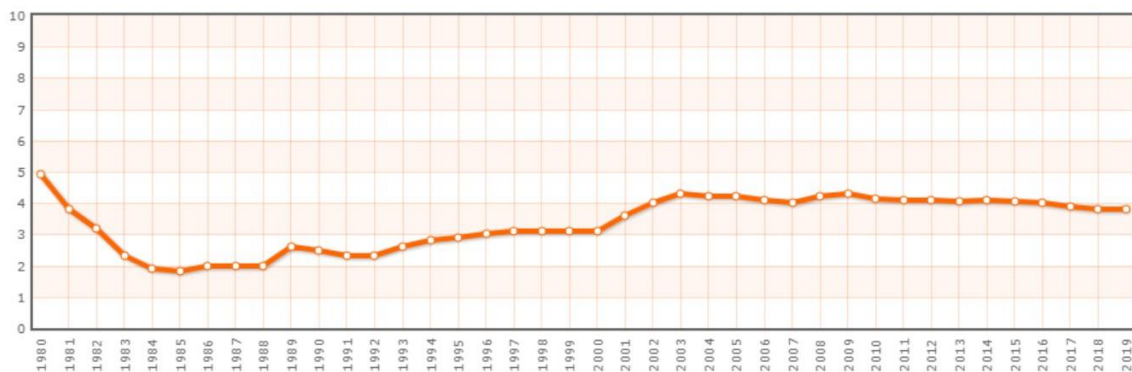
O IDE não apenas proporcionou influxo de capital, mas também contribuiu para a diversificação das indústrias chinesas. Entre 1995 e 2008, cerca de 10.000 empresas e subsidiárias foram estabelecidas na China, desempenhando ainda hoje um papel importante no país (Yuan; Motohashi, 2014). Essa diversificação permitiu à China se envolver em uma ampla gama de Cadeias Globais de Valor (Chen; Mai; Yu,

2006), destacando sua estratégia de crescimento orientada para as exportações e consolidando seu papel como uma potência industrial global. O país foi muito referido como a “fábrica do mundo” devido ao seu expressivo papel na produção de bens, desde eletrônicos de consumo até produtos têxteis.

4.1.2 Geração de empregos e crescimento econômico

O influxo de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) desencadeou a criação de empregos e impulsionou o crescimento econômico na China. A entrada de empresas estrangeiras e a formação de *joint ventures* foram catalisadoras para a rápida industrialização do país, elevando-o ao *status* de centro industrial mundial.

Figura 4 - Taxa de desemprego no território chinês (1980 – 2019)



Fonte: International Monetary Fund, 2019.

No início da década de 1980, a criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), como Shenzhen e Zhuhai, foi concebida para atrair investimentos estrangeiros e fomentar o desenvolvimento econômico. Isso resultou na geração significativa de empregos nessas regiões, embora tenha também apresentado desafios na gestão da força de trabalho. O gráfico evidencia uma notável redução no desemprego durante o período de crescimento dessas zonas. A década de 80 foi marcada por projetos de infraestrutura e modernização de grande envergadura, além da privatização

substancial da indústria estatal (Longworth; William; Brown; Collin; Waldron; Scott, 2001, p. 248).

A China emergiu como um ator central na produção e exportação de bens, estabelecendo uma interdependência econômica com outras nações. Esse papel crucial no contexto global começou a se delinear, e as exportações desempenharam um papel fundamental na transformação estrutural da economia chinesa, impulsionadas por políticas governamentais de apoio. As atividades de exportação rapidamente se expandiram, absorvendo uma considerável parcela da abundante mão de obra rural disponível (Los; Timmers; Vries, 2012).

4.1.3 Desenvolvimento industrial

As políticas implementadas na China a partir da década de 1970, como a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e estratégias voltadas para a expansão massiva das exportações de bens e produtos, desencadearam a inserção do país nas Cadeias Globais de Valor (CGVs). Inicialmente reconhecida por sua vasta mão-de-obra, a China se posicionou como uma gigantesca fábrica para diversos países, promovendo um *upgrading* horizontal na produção de manufaturados, como evidenciado no setor têxtil, que se tornou um pilar fundamental em sua economia. Esta dinâmica perdura até os dias atuais, exercendo influência na economia global, especialmente no âmbito das multinacionais.

Posteriormente à abertura para o comércio internacional, a China, cuja principal fonte de receita era a produção especializada de produtos primários e de menor valor agregado, optou por descentralizar e conferir maior autonomia às empresas e governos locais. Nesse ponto, ocorreu o *upgrading* vertical, caracterizado por uma reforma na produção e na especialização da mão-de-obra. Diversas regiões e indústrias evoluíram de suas produções primárias para setores de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia, formando polos tecnológicos na China e adicionando valor às indústrias que investiram em conhecimento e processos. Um exemplo notório desse processo é a Zona Econômica Especial de Shenzhen, que evoluiu para um centro global de tecnologia em diversas áreas.

O período a partir de década de 1970 testemunhou a transição de economias industriais pós-Segunda Guerra Mundial para indústrias de alta tecnologia. O crescimento dessas empresas, particularmente no Japão, influenciou diretamente a abordagem chinês. Sua proximidade geográfica e relacionamento histórico facilitaram a cooperação industrial entre essas nações.

A retomada dos laços diplomáticos na década de 1970 permitiu uma retomada das transações econômicas. A China ofereceu oportunidades atrativas para empresas japonesas estabelecerem-se em suas ZEEs, aproveitando isenções fiscais e benefícios diversos, enquanto o Japão proporcionava à China ganhos de capital significativos por meio da importação de produtos manufaturados chineses.

Com a entrada nas CGVs, os laços econômicos fortalecidos e a criação massiva de empregos nas empresas que se estabeleceram na China, o país pôde produzir produtos de qualidade, tanto para seu mercado interno robusto quanto para exportação. Setores como peças automotivas e tecnologia da informação experimentaram um *boom*, impulsionando significativamente a economia chinesa. O PIB experimentou um aumento exponencial, e as exportações se tornaram a principal força motriz, superando em 2009 a antiga líder no segmento de manufaturados, Alemanha, conforme dados do World Development Indicators.

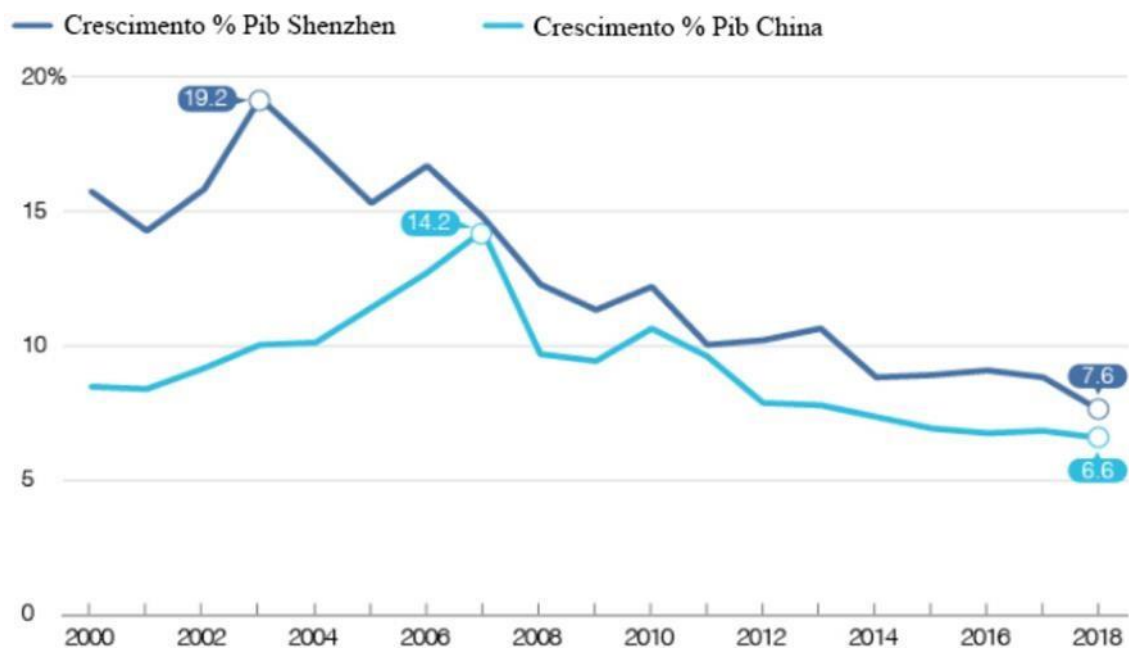
4.1.4 O desenvolvimento da primeira ZEE: Shenzhen

Shenzhen, atualmente é um centro global em tecnologia, pesquisa, manufatura, negócios, economia, finanças, turismo e transporte. Destaca-se como o quarto porto mais movimentado do mundo (Roberts, Toby; Williams, Ian; Preston, John, 2021). A cidade reconhecida como o "Silicon Valley chinês" (Whitwell; Tom, 2014), teve seu processo de ascensão com raízes no pós-plenário de 1978.

O desenvolvimento de Shenzhen foi impulsionado pelas políticas de abertura adotadas pela China. Sendo a primeira Zona Econômica Especial (ZEE), a cidade foi escolhida devido à sua proximidade com vizinhos que mantinham economias de mercado externo, sendo Hong Kong seu vizinho mais próximo.

O princípio orientador na construção de Shenzhen foi a mobilidade urbana, com cada bairro projetado para ser acessível a pé. A cidade adotou uma estrutura "*pedestrian friendly*", priorizando o pedestre com arborismo e calçadas, relegando estradas e ruas a um papel secundário (Du, 2014, p. 306). Desde os anos 80, Shenzhen já incorporava a filosofia de mobilidade urbana que se tornaria altamente desejável por outras cidades décadas depois, consolidando a ideia de Shenzhen como a cidade mais rápida da China.

Figura 5 - Crescimento econômico de Shenzhen em relação ao resto da China (2000 – 2018)



Fonte: Jiefei, 2019.

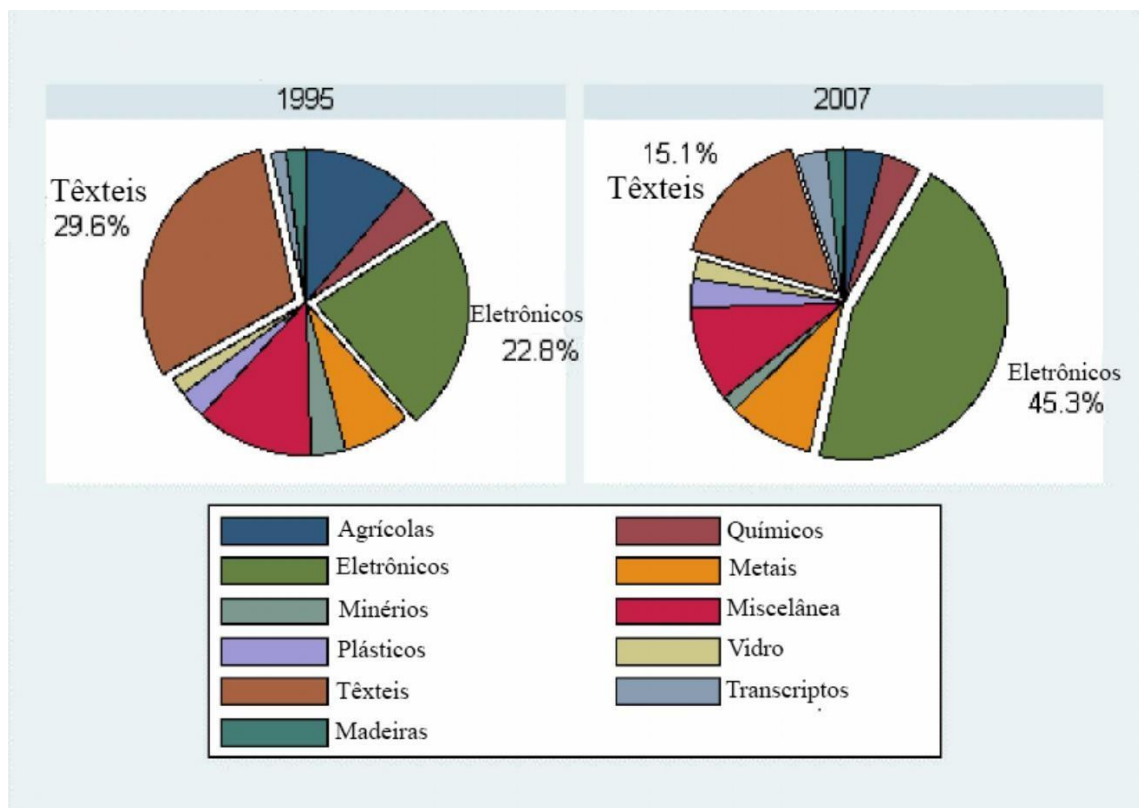
Shenzhen desempenhou um papel crucial no crescimento econômico e na transformação da China nas últimas décadas. Designada como a primeira Zona Econômica Especial em 1980, a cidade tornou-se um símbolo do rápido desenvolvimento econômico chinês, destacando-se como um motor-chave da inovação e industrialização. O *status* conferido em 1980 concedeu à cidade maior importância econômica e autonomia, permitindo a implementação de políticas distintas do restante do país. De acordo com uma investigação realizada entre 2009 e 2016,

entre sete a dez milhões de pessoas viveram nas aldeias urbanas de Shenzhen, representando pouco mais de metade da população total da cidade nesse período (Ruichuan Guo, 2013).

4.2 COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional da China passou por transformações significativas, especialmente após sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Esse marco foi crucial, abrindo novas oportunidades e desafios no cenário econômico global. Mas, desde os anos 80, a China se destaca como uma importante potência global no comércio internacional, evidenciada pela diversificação de suas importações, característica de um país integrado às Cadeias Globais de Valor (Rumbaugh; Blancher, 2004).

Figura 6 - Distribuição das exportações chinesas

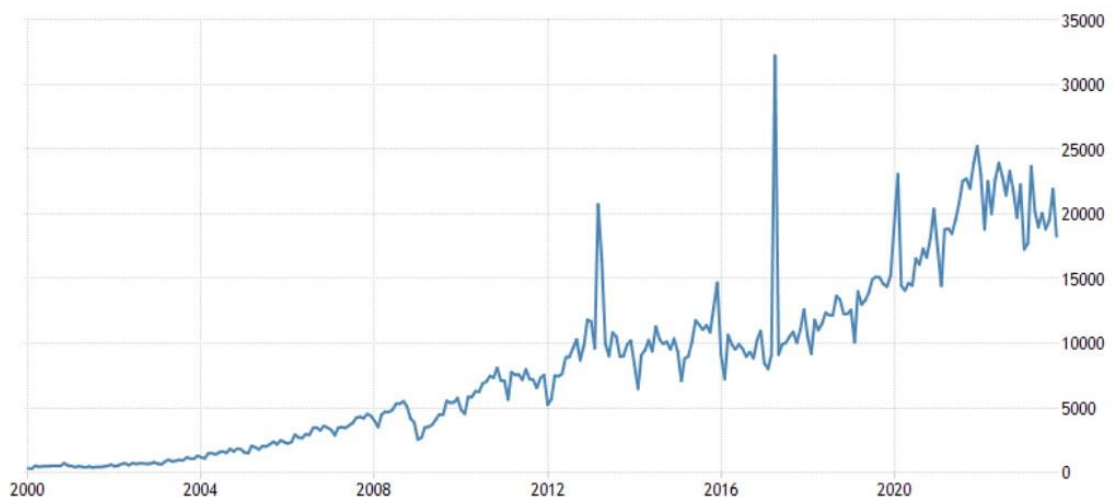


Fonte: Research Gate, 2010.

A base de exportações chinesas diversificou-se, deixando para trás uma forte dependência inicial de têxteis e produtos de fabricação leve. No início década de 1990, a indústria leve representava mais de 40% das exportações chinesas, abrangendo principalmente calçados, roupas, brinquedos e outros manufaturados diversos. O restante das exportações estava concentrado em bens manufaturados, como têxteis, máquinas, transporte e pequenos eletrônicos (Rumbaugh; Blancher, 2004).

A composição das importações reflete o elevado grau de especialização vertical na produção da região asiática, o *upgrading*. Isso é evidenciado por diversos indicadores, como a incorporação de partes do produto ou matérias-primas nas exportações chinesas. Essa proporção aumentou de aproximadamente 35% no início da década de 1990 para cerca de 50% em 1997, mantendo-se nesse nível até 2004 (Rumbaugh; Blancher, 2004). Além disso, estima-se que mais de 40% das exportações chinesas contenham importações para transformação. O impacto desse aumento na especialização vertical é visível no rápido crescimento das importações de eletrônicos integrados e produtos de maior valor agregado.

Figura 7 - Evolução da exportação de eletrônicos



Fonte: Instituto de Estatística Nacional Chinês, 2022.

A China desempenha um papel crucial na exportação de produtos eletrônicos e de alto valor agregado, consolidando sua posição como centro industrial global. O país detém consistentemente uma parte significativa do mercado global de exportação de eletrônicos, fabricando produtos para renomadas empresas multinacionais de tecnologia, como Apple, Samsung, Dell e Microsoft. Isso cria incentivos para reinvestir no território chinês, mantendo as empresas empregando mão de obra chinesa. A proximidade com gigantes da indústria permitiu que marcas nacionais como Huawei, Lenovo e Xiaomi absorvessem métodos de produção e os aplicassem em suas linhas de produção.

4.3 SISTEMA EDUCACIONAL CHINÊS

As reformas educativas na China desempenharam um papel crucial na capacidade do país de aderir e competir nos mercados globais. Iniciadas no final do século XX e continuadas no século XXI, essas reformas têm como foco central a modernização do sistema educativo, o estímulo à inovação e o aprimoramento da força de trabalho com as competências necessárias para participar de uma economia globalizada (Li; Fumin, 2010).

Quando a República Popular da China foi fundada em 1949, os níveis educacionais eram baixos, com aproximadamente 80% da população sendo analfabeta e apenas 20% das crianças matriculadas nas escolas. Desde então, a China tem priorizado a melhoria do sistema educacional, abrangendo instituições primárias, secundárias e terciárias (Li; Fumin, 2010).

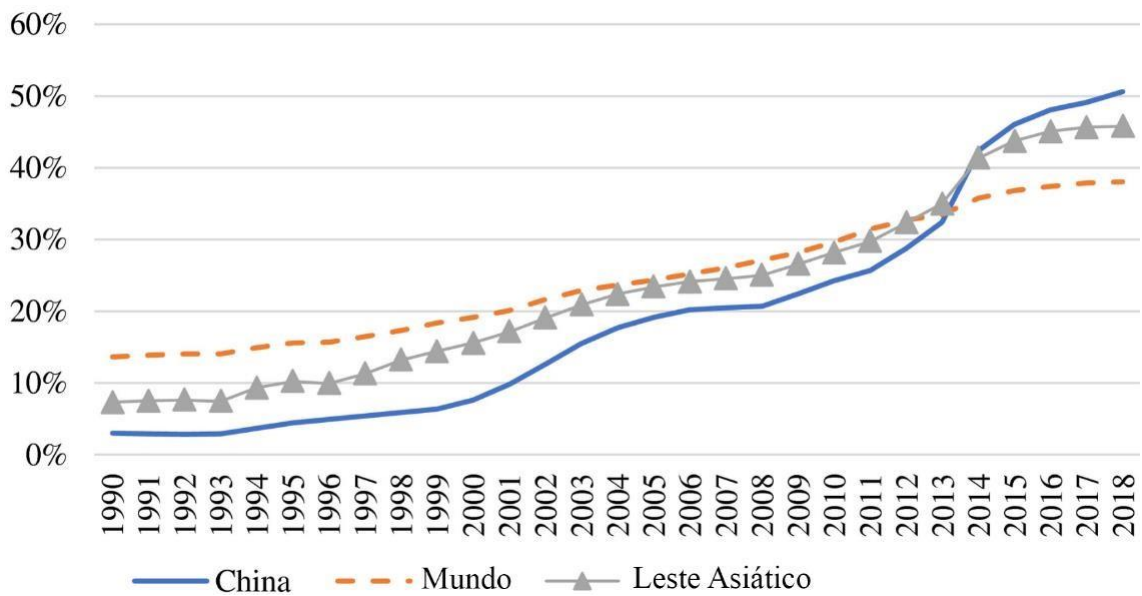
Durante a Revolução Cultural (1966-1976), o sistema de ensino superior foi temporariamente interrompido, e as universidades suspenderam as matrículas. No entanto, posteriormente, foi implementado o sistema de recomendação para o novo ensino superior chinês, no qual os candidatos eram escolhidos entre agricultores, soldados e trabalhadores, sendo avaliados seguindo critérios políticos. Após as reformas e a abertura do país, a China retomou o sistema de vestibulares (Li; Fumin, 2010).

À medida que as reformas econômicas da década de 1970 começaram a ganhar força, depressa se descobriu que o sistema educacional era lamentavelmente inadequado para contribuir para as novas oportunidades econômicas. Assim, em maio de 1985, o Partido Comunista da China convocou uma conferência para abordar esta questão. Fora dessas deliberações surgiu uma série de diretrizes políticas gerais destinadas a iniciar um processo de reforma educacional e alinhar gradualmente o sistema educacional com as novas mercantilizações emergentes da economia (Reforma, 1985). Princípios gerais concentrou-se em vincular a educação às reformas econômicas, implementando o plano de nove anos sistema educacional obrigatório, descentralizando finanças e gestão, aumentar a educação profissional e técnica e aumentar o número e qualidade dos professores (Hawkins, 2000, p. 3)

4.3.1 Reformas no sistema educacional

As reformas educacionais na China enfatizaram fortemente a educação científica e tecnológica, com o objetivo de desenvolver uma força de trabalho qualificada capaz de impulsionar a inovação e participar ativamente em indústrias de alta tecnologia. Esse enfoque desempenhou um papel crucial na ascensão da China como líder global em tecnologia e pesquisa. Ela expandiu significativamente o seu sistema de ensino superior, aumentando o número de universidades em todo o país. Esta expansão não só proporcionou mais oportunidades aos estudantes locais, mas também produziu um conjunto maior de profissionais altamente qualificados, prontos para contribuir por diversos setores de escala global.

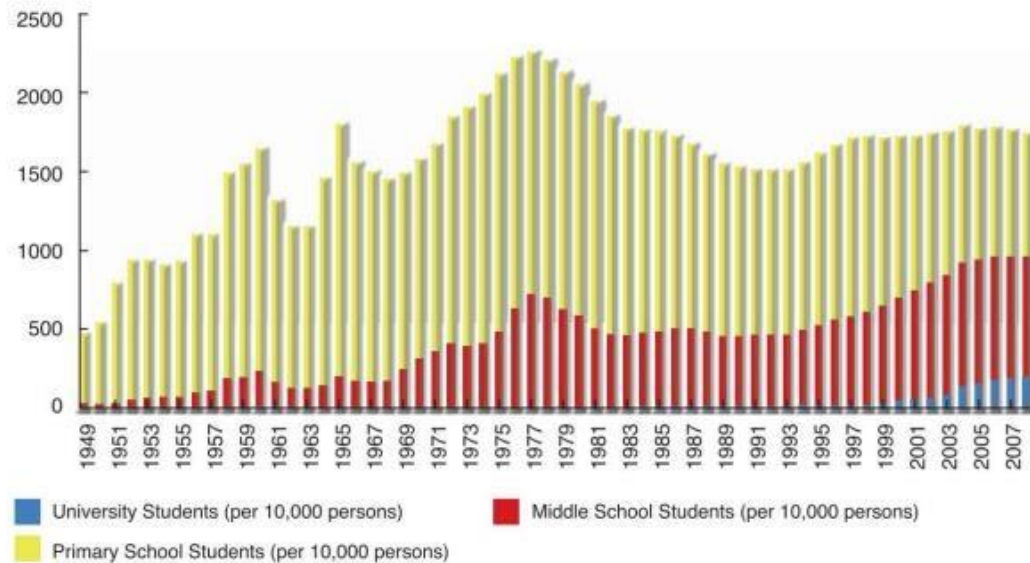
Figura 8 – Taxa de Matrículas no Ensino Superior (%)



Fonte: Jiang, 2021.

O povo chinês tem cada vez mais oportunidades de ingressar em instituições de ensino superior. Como observado no gráfico acima de taxa de matrículas em comparação com o mundo, o nível de educação superior vem aumentando gradualmente desde as últimas duas décadas. O percentual de estudantes em relação à população total aumentou, passando de 4,8% em 1949 para 18,2% em 2006. Ao adentrar o século XXI, observou-se um considerável aumento no número de estudantes universitários, ao passo que o número de estudantes no ensino primário diminuiu (Li; Fumin, 2010).

Figura 9 - Sistema educacional da China (1949-2008)



Fonte: Resumo das Estatísticas da China, 2009.

Todos os gêneros desfrutaram de igual acesso à educação na China. Em todas as instituições de ensino, o percentual de estudantes do sexo feminino era de 43,7% em 1978, aumentando para 47,1% em 2000. À medida que o sistema educacional chinês evolui, a qualidade de vida da população residente no país melhora consistentemente. O desenvolvimento do capital humano contribui para o crescimento da economia chinesa, atraindo atividades de maior valor adicionado e setores intensivos em trabalho com conteúdo importado e produtos de menor valor agregado (Li; Fumin, 2010; Medeiros, 2010).

Um dos mecanismos que ajudou na reforma do sistema educacional foi a melhor distribuição de recursos. O governo considerou a possibilidade de angariar fundos para a educação por meio de "múltiplos canais", não se limitando apenas ao ensino superior. Em 1986, os governos regionais puderam cobrar sobretaxas para o ensino educacional obrigatório com base em vendas agrícolas, empresas rurais e municipais, seguindo níveis definidos pelos governos provinciais (Costa; Zhab, 2020).

De acordo com dados do Banco Mundial (1997), as instituições de ensino superior foram autorizadas a admitir estudantes fora do plano de matrícula imposto

pelo Estado, desde que esses estudantes se autofinanciassem ou fossem financiados por instituições. Essa mudança permitiu a cobrança de percentuais de matrícula e outras taxas. A diversificação das fontes de financiamento para a educação foi facilitada pela angariação de fundos multicanal, como indicado na Tabela 1 (Costa; Zhab, 2020).

Figura 10 - Fontes de Dividendos para a Educação na China

	Valor (em 100 milhões de yenes)		Porcentagem (%)		
	1986	1991	1986	Variação de 1991	
Total	354,08	743,57	100,00	100,00	—
Dotações Orçamentárias	264,97	459,73	74,83	61,83	-13h00
Impostos arrecadados pelos governos locais para investimentos educacionais	17h15	76,64	4,84	10h31	5,47
Total de Contribuições e Comunidade Doações	15,95	63,40	4,51	8,53	4,02
Dinheiro de Programas de Estudo - Trabalho e Serviços sociais	22h15	40,61	6,26	5,46	-0,80
Taxas de inscrição e diversas Coletado para escolas	10,56	36,10	2,98	4,85	1,87
Dinheiro para a Educação Desenvolvido por Minas, fábricas e outros negócios	18h00	42,66	5,08	5,74	0,66
Outros Dividendos	17h30	24h43	1,50	3,28	1,78

Fonte: SEC, 1992.

4.3.2 Atual estado das universidades chinesas

Esta subseção utilizará uma das maiores universidades chinesas para exemplificar e quantificar os esforços do governo em relação ao aperfeiçoamento da educação de ensino superior no país. Atualmente, a Universidade de Zhengzhou, a maior em número total de alunos, apresenta um currículo e estrutura alinhados com o compromisso de contribuir para o avanço da China em escala global, principalmente no que se refere a sua atuação nas Cadeias Globais de Valor.

A Universidade de Zhengzhou é uma instituição multidisciplinar, com sete delas classificadas no *top* um por cento global no ESI (Indicadores de Ciência Essencial), e

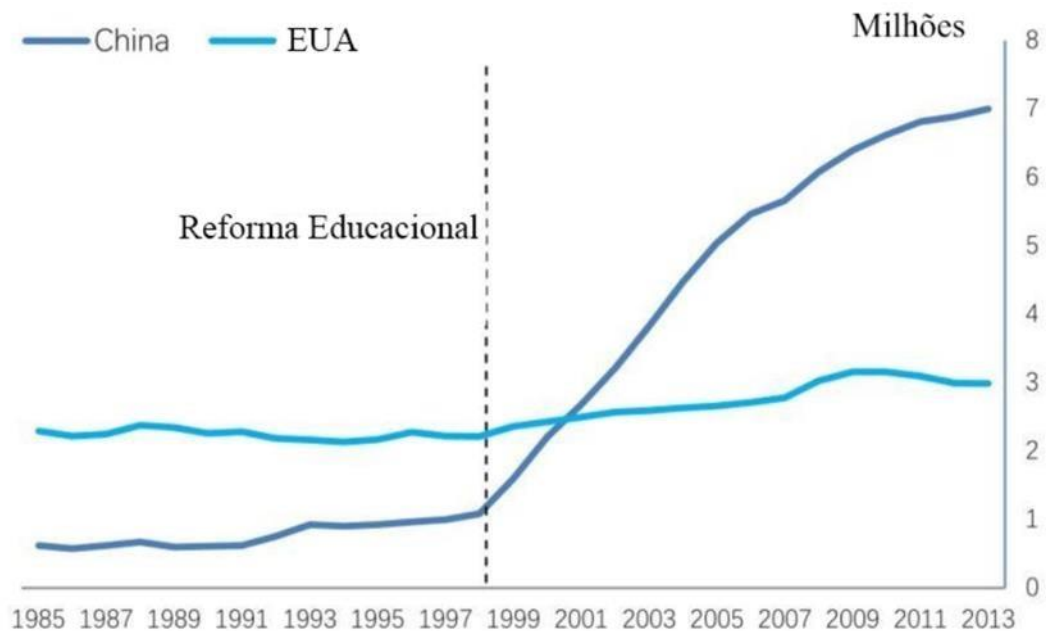
21 autorizadas a conferir títulos de doutorado. Ela possui 51 escolas e departamentos, 9 hospitais afiliados, mais de 6.000 funcionários, 400 membros acadêmicos, 37 acadêmicos da Academia Chinesa de Ciências e Engenharia, 747 professores, 1.600 professores associados, 24 estações de pesquisa de pós-doutorado e mais de 70.000 alunos (Zhengzhou University, 2006).

O currículo das universidades chinesas atualmente é projetado para equipar os alunos com conhecimento, habilidades e perspectivas globais necessárias para contribuir para a melhoria da nação em relação ao resto do mundo. Os focos são na inovação, internacionalização e abordagens interdisciplinares, com o objetivo de posicionar os alunos para enfrentar desafios multifacetados no mercado de trabalho do futuro. Apesar de não ser o principal aspecto, universidades também vêm promovendo ecossistemas empreendedores, a fim de apoiar estudantes no desenvolvimento de ideias inovadoras e *start-ups*. O incentivo ao empreendedorismo contribui para a criação de novas empresas que podem tornar-se parte das CGVs (Gao, Zheng, Hu; 2010)

O governo chinês sabe que as universidades contribuem de diversas formas para a participação do país nas Cadeias Globais de Valor. Elas desempenham um papel fundamental na investigação e inovação, ao contribuir para avanços tecnológicos e processos de produção. Os projetos de pesquisa colaborativos com indústrias podem levar ao desenvolvimento de novas ferramentas e soluções que melhorem a competitividade chinesa nos mercados globais (Gao, Zheng, Hu; 2010).

Tanto a China quanto os Estados Unidos valorizam muito o ensino superior, porém suas abordagens, prioridades e desafios diferem substancialmente. O destaque da China nas disciplinas STEM, sua expansão significativa da infraestrutura educacional e o engajamento global são notáveis, contrastando com os Estados Unidos, cujas características distintivas incluem a diversidade, intensidade de pesquisa e uma forte ênfase em inovação e empreendedorismo (Ford, 2022). As políticas e prioridades educacionais em ambos os países podem continuar a evoluir em resposta às mudanças nas necessidades econômicas, tecnológicas e sociais.

Figura 11 – Matrículas anuais no Ensino Superior



Fonte: Research Gate, 2017.

A Universidade Zhengzhou tem grande foco nas disciplinas STEM. Sua ênfase em engenharia, ciências da computação e tecnologia se alinha com o objetivo do país de se tornar um líder global em inovação. A pesquisa conduzida pela Universidade nessas áreas desempenha um papel fundamental na promoção de avanços com repercussões internacionais. Notavelmente, a instituição também direciona seus esforços para projetos de energia verde, assim como para a expansão e exploração espacial, evidenciando seu compromisso em abraçar a vanguarda de novas tecnologias como uma prioridade (Zhengzhou University, 2006).

A industrialização atualmente é diferente da observada nas décadas de 1950, 1960 e 1970, estruturada a partir das cadeias locais de valor e que tinha por estratégia internalizar completamente o progresso tecnológico. Hoje, com o fatiamento do processo produtivo e sua fragmentação geográfica, ficou mais difícil um único país deter todos os elos da cadeia de produção industrial. No geral, um país somente consegue inserir-se em algumas etapas de produção de uma cadeia global de produção porque tende a perder economias de escala, com algumas exceções – caso da China, por exemplo. Neste sentido, a industrialização de um país somente pode ser entendida por meio de um processo de especialização vertical que busca aumentar a participação nas cadeias para que isso possibilite o aumento do valor adicionado doméstico (Pinto et al, 2014, p. 53).

Com o aumento da complexidade dos produtos é necessária uma maior especialização e capacitação dos integrantes destas correntes. Com isso, investimento do governo central e foco em educação de alto nível na China anda lado a lado com a implementação de novas abordagens industriais dentro do país. Portanto, fica evidente o esforço chinês em alcançar e ultrapassar os países ocidentais na área de desenvolvimento e pesquisa científica, para continuar subindo dentro das Cadeias Globais de Valor.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi analisar e demonstrar a inserção da China dentro das Cadeias Globais de Valor e os métodos pelos quais ela se desenvolveu para que se tornasse a potência industrial e importante peça no comércio e na produção global de variados produtos, assim alavancando exponencialmente a sua economia.

A globalização alterou a dinâmica da competição e cooperação entre os países, impactando diretamente suas economias por meio das Cadeias Globais de Valor (CGVs), agora consolidadas como o novo padrão do comércio internacional. Esta pesquisa evidencia a notável inserção e evolução da China nesse cenário de produção global.

Pela análise teórica, em que foi abordado o conhecimento do funcionamento acerca das CGVs e foram representadas as relações e as possíveis melhoras, que seriam os *upgradings*, pelas quais a China passou em seu processo de inserção nas

cadeias. E pelo processo histórico da República Chinesa demonstrado nessa monografia em sua parte histórica e analítica, destacam-se os papéis cruciais que as novas leis, controle estatal, reformas educacionais e culturais tiveram na transformação da China, de uma economia predominantemente rural para uma potência industrial.

As leis e o controle estatal contribuíram inicialmente para uma mudança na forma de produção e na relação com outros diversos países, sendo o Japão um destaque, fazendo com que o território chinês e a sua mão de obra abundante experimentassem uma enorme criação de empregos em muitos setores. Posteriormente as reformas se mostraram importantes ferramentas para o processo de evolução dentro das cadeias, onde mão de obra existente foi se aprimorando, abrindo portas para uma maior sofisticação tecnológica nas empresas chinesas. Essas mudanças rápidas e as estratégias governamentais contribuíram para a notoriedade atual da China nas CGVs, se consolidando como economia.

Entretanto, a China apresenta uma significativa disparidade entre seu Produto Interno Bruto (PIB) total e o PIB per capita, apesar de ser a segunda maior economia do mundo em termos nominais. O crescimento econômico, impulsionado pela industrialização, exportações e urbanização, não se reflete uniformemente na distribuição de renda. A extensa população chinesa contribui para um PIB *per capita* inferior a muitas economias avançadas, evidenciando desafios associados à equidade na distribuição de riqueza.

O desenvolvimento econômico desigual entre regiões é notório, com províncias costeiras e grandes cidades apresentando PIB *per capita* mais elevado em comparação com regiões do interior e áreas rurais. Este desequilíbrio é resultado, em parte, de políticas concentradas no desenvolvimento das regiões costeiras, destacando as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) como iniciativas de abertura de mercado.

O estudo de cadeias de valor destaca a mudança nas demandas de grandes empresas, que buscam menos fornecedores e maior capacitação, concentrando a produção em locais estratégicos globalmente. Dada a posição estratégica alcançada

pela China, essas províncias e cidades de grande porte continuam e continuarão a desempenhar um papel crucial na produção global.

O declínio populacional e envelhecimento representam desafios adicionais para o crescimento econômico chinês, impactando a disponibilidade de mão de obra e pressionando sistemas previdenciários. Esse fenômeno, não exclusivo da China, sugere a necessidade de reformas previdenciárias globais para otimizar a utilização da mão de obra qualificada durante períodos mais longos, prolongando a contribuição produtiva à economia.

A China, integrante vital das CGVs, demonstra um processo de transformação rápido. Apesar dos desafios, as evidências sugerem que sua economia continuará a crescer e avançar. Baseando-se no conhecimento adquirido, a China permanece uma força significativa no cenário global, indicando um futuro promissor em sua trajetória de desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

BANK OF ENGLAND. **Global value chains, volatility and safe openness: is trade a double-edged sword?** Financial Stability Paper n. 46. London: 2021.

BLAŽEK, J. **Towards a Typology of Repositioning Strategies of GVC/GPN Suppliers: the Case of Functional Upgrading and Downgrading.** [SI], v.16: Journal of Economic Geography, 2016.

BRANDT, L; THUN, E. **Constructing a Ladder for Growth: Policy, Markets, and Industrial Upgrading in China.** World Development v. 80, Amsterdã: Elsevier, 2016.

CRESCENZI, R; HARMAM, O. **Harnessing Global Value Chains for Regional Development: How to Upgrade Through Regional Policy, FDI and Trade.** [SI], 2023.

DU, Juan. **The Shenzhen Experiment The Story of China's Instant City.** [SI], Harvard University Press, 2020.

FAGERBERG, J; LUNDVALL, B. Å; SRHOLEC, M. **Global Value Chains, National Innovation Systems and Economic Development**. The European Journal of Development Research, v. 30, 2018.

FAN, J; MORCK, R; XU, L.; YEUNG, B. **Institutions and Foreign Direct Investment: China versus the Rest of the World**. [SI], World Development, v. 37, 2009.

FREDERICK, S; GEREFFI, G. **The Global Apparel Value Chain, Trade and the Crisis: Challenges and Opportunities for Developing Countries**. Policy Research Working Paper, Durham: Duke University, 2010.

GEREFFI, G. **Global Value Chains and Development: Redefining the Contours of 21st Century Capitalism**. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GEREFFI, G; FERNANDEZ-STARK, K. **Global Value Chain Analysis: A Primer**. 2 ed. Durham: Duke University, 2016.

GEREFFI, G; STURGEON, T. **Global Value Chain-Oriented Industrial Policy: The Role of Emerging Economies**. WTO Publications: Suíça, 2013.

HAWKINS, J. N. (2000). **Centralization, decentralization, recentralization - Educational reform in China**. [SI], Journal of Educational Administration: Emerald Group Publishing Limited, 2000.

HUMPHREY, J; SCHMITZ, H. **How Does Insertion in Global Value Chains Affect Upgrading in Industrial Clusters?** Institute of Development Studies. University of Sussex: Brighton, 2002.

LEVINSON; M. **The Box: How the Shipping Container Made the World Smaller and the World Economy Bigger**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

LI, W; FUMIN, S. **China's Economy**. [S. I.] Thomson Learning Asia, 2010

LIN, G. C. S. **State Policy and Spatial Restructuring in Post-reform China, 1978-95**. [SI], International Journal of Urban and Regional Research, 1999.

LONGWORTH, J. W; BROWN, C. G; WALDRON, S. A. **Beef in China: Agribusiness Opportunities and Challenges**. Queensland: University of Queensland Press, 2011.

LOS, B; TIMMER, M; DE VRIES, G. **China and the World Economy: A Global Value Chain Perspective on Exports, Incomes and Jobs**. GGDC Research Memorandum, Groningen Growth and Development Centre: University of Groningen, 2012.

MARSZK, A. **International Business and Global Economy**. [SI], v. 33, 2014.

MEDEIROS. C.A. **Integração Produtiva: a experiência asiática e algumas referências para o Mercosul**. In: ALVAREZ, R. R; BAUMANN, R; WOHLERS, M. **Integração Produtiva: caminhos para o Mercosul**. Série Cadernos da Indústria ABDI – v. XVI, Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010.

NAUGHTON, B. **Deng Xiaoping: The Economist**. [SI], The China Quarterly, 1993.

PINTO, E; FINANI, R; CORRÊA, L. M. **Dimensões da abordagem da cadeia global de valor: *upgrading*, governança, políticas governamentais e propriedade intelectual**. In: OLIVEIRA, I; CARNEIRO, F; FILHO, E. **Cadeias globais de valor, políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2011.

REDDY, A. A. **Training Manual on Value Chain Analysis of Dryland Agricultural Commodities**. 1 ed. Patancheru, India: International Crops Research Institute for the Semi-Arid Tropics (ICRISAT), 2013.

RUMBAUGH, T; BLANCHER, N. **China: International Trade and WTO Accession**. [SI], 2004.

SAES, F. A. M; SAES, A. M. **História Econômica Geral**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SHU-KI, T; YUK-SHING, C. China's Tax Reforms of 1994: Breakthrough or Compromise? **Asian Survey**. vol. 34, n. 9, pág. 769-788. University of California Press, 1994.

THE ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Interconnected Economics: Benefiting from Global Value Chains**. Meeting of the OECD Council at Ministerial Level. Paris, 2013.

THE WORLD BANK. **China**. Disponível em <https://data.worldbank.org/country/china>. Acesso em 4 de dez. 2023.

WALTON, L. (2017). The “Spirit” of Confucian Education in Contemporary China: Songyang Academy and Zhengzhou University. **Modern China: An International Journal of History and Social Science**, Portland, v. 44, pág. 313-343, 2018.

WU, H. X. **Reform in China’s Agriculture – Trade Implications**. Briefing Paper Series n. 9, Department of Foreign Affairs and Trade: Australia, 1997.